

UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO

MATHEUS FELIPE HASS

**GUERRAS, CRISES E FORTALECIMENTO
ECONÔMICO: A ATUAÇÃO DA ALEMANHA
VISANDO A INTEGRAÇÃO REGIONAL EUROPEIA**

BAURU
2017

MATHEUS FELIPE HASS

**GUERRAS, CRISES E FORTALECIMENTO
ECONÔMICO: A ATUAÇÃO DA ALEMANHA
VISANDO A INTEGRAÇÃO REGIONAL EUROPEIA**

Monografia apresentada na Universidade do Sagrado Coração de Bauru como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais sob orientação do Prof. Dr. Bruno Vicente Lippe Pasquarelli.

BAURU
2017

H353g

Hass, Matheus Felipe

Guerras, crises e fortalecimento econômico: a atuação da Alemanha visando a integração regional europeia / Matheus Felipe Hass. -- 2017.

72f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Vicente Lippe Pasquarelli.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade do Sagrado Coração - Bauru – SP.

1. Alemanha. 2. Economia Alemã. 3. Nazismo. 4. União Europeia. 5. Potência Europeia. I. Pasquarelli, Bruno Vicente Lippe. II. Título.

MATHEUS FELIPE HASS

**GUERRAS, CRISES E FORTALECIMENTO
ECONÔMICO: A ATUAÇÃO DA ALEMANHA
VISANDO A INTEGRAÇÃO REGIONAL EUROPEIA**

Monografia apresentada na Universidade do Sagrado Coração de Bauru como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais sob orientação do Prof. Dr. Bruno Vicente Lippe Pasquarelli.

Bauru, 14 de novembro de 2017.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Bruno Vicente Lippe Pasquarelli
Universidade do Sagrado Coração

Prof^a. M^a. Roberta Cava
Universidade do Sagrado Coração

Prof. M. Fabio Paride Pallotta
Universidade do Sagrado Coração

Dedico este trabalho a todos meus familiares, que me moldaram para ser o ser humano que sou, e principalmente às memórias do meu avô Ewaldo Hass Filho, que me inspira todos os dias para ser uma pessoa melhor e continuar em busca dos meus objetivos.

*“A persistência é o menor caminho do
êxito”.*

(Charles Chaplin)

RESUMO

O estudo pretende apresentar a trajetória da recuperação e desenvolvimento econômico da Alemanha com foco no período durante a sua participação na União Europeia. Será apresentado todo o contexto histórico, envolvendo fatos, dados econômicos e instituições que colaboraram para essa retomada econômica. Será compreendido desde a Primeira Guerra Mundial, período entre guerras e Segunda Guerra Mundial qual foi o caminho que levou os alemães a apresentarem números tão baixos social e economicamente. Iniciaremos o foco apresentando as consequências da Primeira Guerra, sanções sofridas e como isso colaborou na ascensão do nazismo, economia pós-guerra e o segundo conflito, e por fim compreender a recuperação econômica no pós-segunda guerra, com o desenvolvimento da União Europeia, desde seu início com o surgimento do Tratado de Paris, Comunidade Europeia do Carvão e Aço, entre outros. Buscar-se-á o entendimento se o boom econômico alemão se deu principalmente através da participação no bloco europeu ou se foi principalmente devido as ações regidas internamente na economia pelos governantes da época e como foi conquistado o conceito de *hard power* pela Alemanha.

Palavras-chave: Alemanha. Desenvolvimento Econômico Alemão. Nazismo. União Europeia. Potência Europeia.

ABSTRACT

The study intends to present the trajectory of the recovery and economic development of Germany focusing on the period during its participation in the European Union. It will present the whole historical context, involving facts, economic data and institutions that collaborated for this economic recovery. It will be understood from World War I, the period between wars and World War II, which was the path that led the Germans to present numbers so low socially and economically. We will start focusing on the consequences of the First World War, sanctions and how it helped the rise of Nazism, the postwar economy and the second conflict, and finally understand the post-war economic recovery with the development of the European Union, since its inception with the emergence of the Treaty of Paris, European Coal and Steel Community, among others. It will be sought to understand if the German economic boom occurred mainly through participation in the European bloc or whether it was mainly due to the actions governed internally in the economy by the rulers of the time and how the concept of hard power was conquered by Germany.

Key-words: Germany. German Economic Development. Nazism. European Union. European Power.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Taxa de inflação na Alemanha (1919-1924)	19
Figura 2 - Alemanha: Despesas com o rearmamento, gasto público/bens e renda nacional (1933-1938)	28
Figura 3 - Gastos militares e investimentos públicos em milhões de Reichsmarks...30	
Figura 4 - IDH da Alemanha após reunificação.....	64
Gráfico 1 - Exportações de mercadorias da Alemanha (milhão US\$)	61
Tabela 1 - Características de diferenciação entre Capitalismo coordenado alemão e Capitalismo Liberal.....	65

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. CONTEXTO HISTÓRICO ENTRE GUERRAS	13
2.1 BUSCA POR UMA NOVA REALIDADE ATRAVÉS DE TRATADOS E ACORDOS.....	15
2.2 CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS DEVIDO ÀS SANÇÕES	16
2.2.1 ALEMANHA E TRATADO DE VERSALHES.....	17
2.3 HIPERINFLAÇÃO ALEMÃ: MOTIVOS E RESULTADOS	19
2.4 ASCENSÃO E IMPORTÂNCIA DE ADOLF HITLER	22
2.4.1 Teorias de dominação por Max Weber	24
2.5 CENÁRIO ECONÔMICO DA ALEMANHA NOS ANOS TRINTA.....	28
2.6 QUANTIDADE E ORIGEM DOS INVESTIMENTOS MILITARES A PARTIR DE 1932.....	30
2.7 AÇÕES PÓS-GUERRA.....	31
3. TEORIAS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL	33
3.1 PRIMEIRAS TEORIAS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL	35
3.2 TRANSNACIONALISMO	35
3.3 GOVERNANÇA SUPRANACIONAL	36
3.4 FUNCIONALISMO	37
3.5 NEOFUNCIONALISMO.....	40
3.6 LIBERAL INTERGOVERNAMENTALISMO.....	43
3.7 RESULTADOS ALCANÇADOS ATRAVÉS DA INTEGRAÇÃO	44
4. ALEMANHA PÓS 1950: BLOCOS ECONÔMICOS.....	47
4.1 SURGIMENTO DE NOVOS BLOCOS VISANDO A RECUPERAÇÃO ECONÔMICA EUROPEIA.....	47
4.2 INTEGRAÇÃO ALEMANHA E UNIÃO EUROPEIA.....	48
4.3 ESTRUTURA DA UE	53
4.4 PARTICIPAÇÃO DO ORDOLIBERALISMO NA POLÍTICA ECONÔMICA ALEMÃ.....	54
4.5 ORDOLIBERALISMO VOLTADO PARA A RECUPERAÇÃO ECONÔMICA	56
4.6 PROCESSO DE REUNIFICAÇÃO DA ALEMANHA	60
4.7 ECONOMIA SOCIAL DE MERCADO – INFLUÊNCIAS	61
4.8 ECONOMIA PÓS-REUNIFICAÇÃO ASSOCIADO AO CAPITALISMO COORDENADO ALEMÃO.....	64
4.9 POLÍTICA EXTERNA ALEMANHA NO SÉCULO XXI.....	66

4.10 PROBLEMAS E PERSPECTIVAS ENFRENTADAS	67
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
BIBLIOGRAFIA	71

1. INTRODUÇÃO

Através desse Trabalho de Conclusão de Curso, temos como intuito de contribuir para uma das grandes questões relacionadas a recuperação econômica de um Estado no século XX. Iniciando pela crise Pós Primeira-Guerra Mundial, a Alemanha perdeu mais de 15% de sua população masculina ativa, as mortes civis alemãs se aproximaram de meio milhão de pessoas devido à falta de alimento, levando a desnutrição e diminuindo a resistência em relação as doenças. Após esse período sofreu diversas sanções fazendo com que ficasse devastada economicamente para cumprir as indenizações que foram impostas devido a sua considerada culpa na Primeira Guerra Mundial.

Com a crise de 1929 houve um grande número de desemprego devido à queda drástica na produção. Entre 1929 e 1933 mais de 09 milhões de alemães perderam seus empregos. Crise que se encerrou com a aproximação da Segunda Guerra e logo em seguida a Alemanha entrando em mais uma crise.

O estudo em questão tem como objetivo central a análise do papel da Alemanha na segunda metade do século XX, focando principalmente na sua participação na União Europeia, anteriormente chamada Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) e Comunidade Econômica Europeia (CEE), 1952 e 1967 respectivamente. Com a grande depressão econômica e social dos alemães, o país mergulhou em um caos. Consequências após o final da Segunda Guerra mostravam que os prejuízos eram enormes, aproximadamente 20 milhões, entre civis e militares haviam desaparecidos durante o conflito, falta de alimento e todo o território bombardeado. Com a situação precária econômica da Alemanha em conflito e ao não acordo em relação ao sistema que seria adotado, houve a divisão entre ocidental e oriental, sendo necessário a ajuda dos Estados Unidos através do plano Marshall para a reestruturação da Alemanha. A divisão da Alemanha em 1945 e através da reforma monetária, o capitalismo sobressaiu e foi possível uma impressionante recuperação econômica em que não era esperado tão cedo por outros países

Como se deu o papel da Alemanha no bloco União Europeia de modo geral, desde a sua criação que teve papel de fundadora, até os dias atuais em que se tornou uma das maiores potências mundiais inserida na principal união econômica existente. O processo de integração regional iniciado principalmente após 1950 com

grande participação da Alemanha, foi fundamental para que dessa maneira os alemães fossem considerados um dos precursores pela aproximação dos estados e a conseqüente formação de blocos regionais. A contribuição do bloco para que a Alemanha mudasse sua imagem de ser uma das potências derrotadas na Segunda Guerra Mundial para uma das maiores potências do mundo não se deu apenas devido a aproximação da integração regional, mas também com a troca de conhecimentos e experiências entre os Estados. Na primeira metade do século XX, a Alemanha esteve envolvida em diversas crises econômicas e após a derrota devastadora na Segunda-Guerra, diversos problemas sociais, econômicos e políticos surgiram. A população desolada, perambulava pelas ruas para ajudar da forma em que podia.

Dessa maneira, temos como pensamento analisar todo o histórico alemão no período delimitado para compreender de que maneira se deu o "*boom econômico*", através de quais meios conseguiu sua ascensão e principalmente dentro da União Europeia*, como essa interação da Alemanha e EU foi benéfica para ambos. Seja essa cooperação em relação ao crescimento econômico dos alemães através de acordos comerciais conseguidos devido a sua participação no bloco ou aumentando a representatividade e importância da união econômica em que estava inserida.

2. CONTEXTO HISTÓRICO ENTRE GUERRAS

Para compreendermos o ponto principal proposto no trabalho, é necessário que saibamos todo o contexto histórico que antecedeu o fato principal para que através do desenvolvimento histórico dos fatos seja possível compreender o caminho percorrido pelo Estado em estudo. Nesse primeiro capítulo buscaremos apresentar todos os problemas e fatos diversos enfrentados pelos alemães entre a Primeira Guerra Mundial até o final da Segunda Guerra, passaremos por pontos importantes, tais como as duras sanções aplicadas à Alemanha com o Tratado de Versalhes devido ter sido considerada culpada pela Primeira Guerra e como isso fez com que surgisse o sentimento de vingança nos alemães através dos dados sociais e econômicos, um sentimento real de humilhação. A ousada política externa de Adolf Hitler foi de extrema importância para a reestruturação alemã, tanto militar quanto econômica, devido ao fortalecimento e aos dados positivos que estavam sendo apresentados na época foi possível grandes conquistas não só territoriais quanto industriais. Führer falhou miseravelmente durante a tentativa de invasão à Rússia, durante o rigoroso inverno, contribuindo para sua derrota humilhante e a invasão à Berlim. Com uma nova derrota após um conflito, a Alemanha novamente se viu frente a diversas sanções e dessa vez sob o governo de outros Estados, foi dividida e seu território separado conforme as principais potências existentes na época.

Passado a Grande Guerra, em meio a sentimentos extremamente nacionalistas, foi possível vivenciar a ilusão de uma sociedade ideal a ser vivida caracterizado pela *belle époque* porém que obteve seu fim com as destruições e a crise econômica e vivendo um contraste com a abundância dos norte-americanos nos *roaring twenties*¹.

Sobre a economia dos Estados Unidos da América, ainda não era possível afirmar sua hegemonia frente ao mercado internacional, visto à constante ameaça britânica na época com o possível retorno do padrão monetário libra-ouro por volta dos anos 20. Com o surgimento da União Soviética, tornou-se ainda mais difícil a recuperação dos maiores afetados pelo conflito. Com a não existência de uma

¹ *“Roaring Twenties”* - Época durante década de 20 em que existia uma abundância econômica de forma totalmente descontrolada por parte dos norte-americanos, contribuindo para a crise de 1929.

hegemonia, era perceptível a instabilidade de poder na Europa para que houvesse uma coordenação.

Após a Alemanha ser considerada culpada pela Primeira Guerra Mundial, foi imposto a ela, indenizações impagáveis por qualquer Estado, ainda mais um saindo devastado e derrotado de um conflito, o objetivo era de anular o expansionismo germânico. Com sequentes humilhações aquele povo, criou-se um sentimento grave de revanche, o que teria consequências devastadora para a Europa mais tarde. O começo dos anos 20 foi marcante para os alemães, envolvidos em enormes dívidas referente as indenizações da guerra, sua capacidade industrial foi afetada e dessa maneira não foi possível manter em dia o pagamento de suas contas, além da inflação apresentar níveis surreais e assim inflacionando ainda mais os índices sociais do país.

Entre os anos de 1922 a 1924, praticamente todas as coisas custavam trilhões de marcos, no seu auge a hiperinflação exigia cerca de 5,6 trilhões de marcos para comprar 1 kg de manteiga. Nessa época, foi vivenciado o ápice de seu índice, aproximadamente 29.500% a cada mês, ou ao dia 20,9%. A cada semana, o preço de tudo era quaduplicado, no final de 1923 a inflação passou de 100.000.000.000.000 (cem trilhões) de marcos².

Com o estabelecimento aos poucos dos Estados Unidos como uma potência, se sentiu atraído para inserir seus capitais em território alemão e lucrar com os juros altos. Auxiliaram junto às demais potências a reintrodução da Alemanha no sistema internacional com a ajuda através de planos econômicos³ e acordos políticos⁴, possibilitando assim a sua entrada na Liga das Nações.

Porém essa ajuda não era apenas como uma forma de bondade com os germânicos, tinha uma importância muito grande devido a sua localização estratégica no continente europeu. Com as diversas medidas adotadas nos anos 20, tais como diversas reformas internas na economia, entrada de capital estrangeiro e a ajuda de outros Estados, principalmente dos americanos, foi possível viver a prosperidade.

Com a chegada na crise de 1929, o principal meio de ajuda que vinha dos norte-americanos foi retirado e a instável economia voltou a apresentar suas dificuldades. Com a situação econômica e social grave, a política interna ficou ainda

² TORRICO, R.; LIMA, E. Abandono do padrão-ouro. **SUPERINTERESSANTE**, 2016. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/historia/abandono-do-padrao-ouro/>>. Acesso em: 30 out. 2017.

³ Plano Dawes e Young.

⁴ Recálculo da indenização.

mais sujeita ao golpe. O Partido Nacional-Socialista, ganhou força e apoio suficiente para chegar ao poder.

2.1 BUSCA POR UMA NOVA REALIDADE ATRAVÉS DE TRATADOS E ACORDOS

Em janeiro de 1918, o presidente norte-americano da época, Woodrow Wilson apresentou na um acordo para que fosse possível selar a paz, privar de novos conflitos e que a punição aos países da Aliança não fosse de maneira excessiva. Esse tratado ficou conhecido “Os 14 pontos de Wilson”. Essas medidas realizadas com base no diálogo e negociações diversas para chegar a solução de litígios internacionais. Wilson propôs diversos pontos, entre eles a redução de armamentos nacionais, transparência nas relações entre estados e o fim das barreiras econômicas que eram impostas entre os países e que de certa forma dificultavam negociações. Alguns destacam a grande redução do exército para o necessário para garantir apenas sua segurança nacional, sendo a Alemanha e Império Austro-Húngaro sendo muito prejudicados. Além de retirar os exércitos existentes dos territórios que foram conquistados, como França e Prússia. Porém muitos Estados da Entente, acharam esse tratado muito sutil e acabaram o recusando com objetivo de refazer as propostas de punição aos considerados culpados. Porém desde o início foi possível identificar falhas no processo de formação da Liga, como a não ratificação do acordo por parte do Congresso dos Estados Unidos⁵.

Esses 14 pontos foram ressaltados na Conferência de Paris em 1918, no entanto a maioria desses pontos foram deixados de lado pela comunidade internacional da época, sendo rejeitado pelo Congresso americano. Assim como os “14 pontos” muitas outras propostas foram rejeitadas na conferência, uma das poucas aceitas se refere a criação da Sociedade das Nações⁶. A finalidade de sua criação era estabelecer a paz e a segurança internacional mediante a conflitos, foi incorporada ao Tratado de Versalhes.

Porém assim como os pontos ressaltados por W. Wilson, a Sociedade das Nações foi fragilizada pelas discordâncias dos anos seguintes. Embora o início da

⁵ Tal medida adotada através dos 14 pontos, foi extremamente prejudicial, e junto com o Tratado de Versalhes, elevou o sentimentalismo de revanche por parte dos alemães.

⁶ Também conhecida como Liga das Nações.

organização tivesse partido de Wilson, o Congresso Estadunidense não aprovou a entrada do país na Liga, o temor era de que os Estados Unidos na época uma política emergente, se tornasse como uma polícia internacional

Na década de 30 ocorreu a corrida armamentista na Alemanha e também Japão, isso era a prova mais que evidente de que a Liga não estava sendo tratada como prioridade pelos estados. Devido ao fracasso da Liga das Nações, em que seu maior objetivo de manter a paz não foi alcançado. Em 18 de abril de 1946 ocorreu a reunião que selou o fim da Liga das Nações, porém tratava-se de apenas formalizar o que já estava claro para todos, o não cumprimento do organismo com seu principal objetivo. Por fim, acabou sendo sucedida pela Organização das Nações Unidas anos depois

Entre os diversos pontos, alguns destacam a grande redução do exército para o necessário para garantir apenas sua segurança nacional, sendo a Alemanha e Império Austro-Húngaro muito prejudicados. Além de retirar os exércitos existentes dos territórios que foram conquistados, como França e Prússia. Porém muitos Estados da Entente, acharam esse tratado muito sutil e acabaram o recusando com objetivo de refazer as propostas de punição aos considerados culpados.

2.2 CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS DEVIDO ÀS SANÇÕES

Segundo E. H. Carr⁷, a Primeira Guerra não se refere a apenas um fato histórico que deixou diversos afetados negativamente, mas sim como uma etapa muito difícil no âmbito de ordem política e econômica durante o século XIX. Dessa forma, eram necessários grandes investimentos para que fosse realizada a reconstrução e ajudar na recomposição da infraestrutura, que até então estava destruída devido a guerra enfrentada.

O principal desenvolvimento econômico dos alemães se deu durante a metade dos anos 20, período no qual o estado apresentava números exorbitantes em desempregados, como em 1923 chegava a quase 1 bilhão e meio (BRESCIANI-TURRONI, 1989)⁸.

⁷ Edward Hallett Carr, importante diplomata britânico, muito conhecido por seus trabalhos no campo das Relações Internacionais, como "The Twenty Years Crisis:1919-1939".

⁸ O autor ainda cita o fator econômico como uma forma de incentivo para o crescimento da possibilidade de um sistema autoritário adentrar no poder.

A Alemanha sofreu diversas sanções, principalmente através do Tratado de Versalhes, onde com o fim da guerra, os vencedores entraram em consenso de que os custos do conflito seriam pagos pelas “Potências Centrais”, formado pelo então Império Alemão, Império Austro Húngaro e Império Turco Otomano. Porém em decorrência da guerra, todo o continente sofreu diversas perdas e no império Alemão a situação era a mais grave, a indústria estava praticamente destruída. Além disso o grande número de combatentes mortos ou feridos, com a baixa no número de homens, passou por uma forte crise de mão de obra.

Além dessa falta de mão-de-obra e da destruição, as exigências referentes aos pagamentos estavam muito acima do que a Alemanha, nação derrotada, poderia pagar. Dessa forma conseguimos compreender que o tratado se tornou na realidade uma forma dos franceses se vingarem devido as grandes humilhações sofridas na guerra Franco Prussiana ocorrida entre 1870 – 1871, com isso o sentimento de revolta entre os alemães aumentou de forma grandiosa para que na Segunda Guerra Mundial ocorresse a vingança alemã. Ainda em relação ao tratado, diversos economistas da época julgaram como inexecutável as diversas cláusulas em que foram impostas no tratado, na qual jamais haveria uma nação que pudesse pagar as indenizações após ser declarada a única culpada pela guerra. (BBC, 2015)

“É bem mais fácil fazer a guerra do que a paz”, Georges Clemenceau, estadista francês entre 1917-20, uma das lideranças da Conferência de Paris.

2.2.1 ALEMANHA E TRATADO DE VERSALHES

A Liga das Nações, surgida logo ao final da primeira Guerra tinha como principal objetivo de manter a paz entre os estados, buscando sempre meios de soluções diplomáticas e evitar meios de intervenção militar. Através da Liga, foi assinado o Tratado de Versalhes que em sua primeira parte estabelecia a existência de fato da liga e a assinatura de 44 estados. A primeira reunião para decidir as sanções que seriam impostas à Alemanha foi realizada no início dos anos 20, poucos dias depois entrando em vigor o Tratado em questão. O principal ponto dentro do Tratado de Versalhes era de que os alemães assumissem a responsabilidade por dar início a guerra e foi sujeita as reparações por tal ação

contra a Tríplice Entente. Foi incluso a perda do território para um número pré-definido de nações que fazem fronteira com o país, diversas colônias sobre o continente africano, limitações quanto ao tamanho do exército além de indenizações que foram causadas durante a guerra e o reconhecimento da independência da Áustria. Esses pontos a serem cumpridos foram impostos durante a República de Weimar e como foi ressaltado, causaram um sentimento de humilhação em toda a sociedade alemã, contribuindo para a queda da República de Weimar em 1933 e a consequente lacuna aberta para a ascensão de um regime autoritário com também sentimento de vingança fomentado pela população, possibilitou com que o nazismo de Adolf Hitler chegasse ao poder e apenas 20 anos após a assinatura do tratado ocorresse a Segunda Guerra Mundial.

No final do primeiro semestre de 1921 os Aliados decidiram essa quantia, e que representava aproximadamente 80% das exportações da Alemanha⁹. De maneira óbvia não era possível esse pagamento, agravando ainda mais a situação econômica alemã em que já era deplorável. O Tratado de Versalhes passou a ser visto pelos olhos alemães como uma humilhação, dessa maneira, gerando grande sentimento de vingança e revolta. Uma frase dita pelo Ministro da Marinha Britânica da época, Eric Geddes, demonstra qual era o pensamento dos Aliados: *“espremer o limão germânico até rangerem as sementes”*

⁹ Segundo Hjalmar Schacht em “A economia alemã (1920-1950)”, de acordo com as informações documentais disponíveis da época.

2.3 HIPERINFLAÇÃO ALEMÃ: MOTIVOS E RESULTADOS

Figura 1 - Taxa de inflação na Alemanha (1919-1924)

Mês	1919	1920	1921	1922	1923	1924
Janeiro	6,94	56,41	-0,07	5,10	88,68	-7,01
Fevereiro	3,05	34,16	-4,38	11,95	100,68	-0,98
Março	1,48	1,43	-2,76	32,42	-12,48	3,87
Abril	4,38	-8,31	0,90	16,97	6,63	2,80
Mai	3,85	-3,77	-1,36	1,62	56,75	-1,28
Junho	3,70	-8,36	4,43	8,86	137,27	-5,36
Julho	10,06	-1,09	4,54	43,09	285,80	-0,78
Agosto	24,49	60,70	34,24	90,87	1162,31	4,35
Setembro	16,82	3,31	7,82	49,48	2431,67	-5,83
Outubro	14,00	-2,14	19,01	97,21	29607,11	3,14
Novembro	0,64	2,93	38,86	103,86	10121,13	-1,53
Dezembro	18,44	-4,57	2,08	27,82	73,85	1,55

Fonte: BRESCIANI-TURRONI (1989).

Até o final do primeiro semestre de 1921, a inflação se manteve estável, como podemos ver nos dados acima, ocorrendo até deflação em alguns períodos. Porém a partir do final de 1921 a inflação voltou a subir, um dos principais motivos foi o pagamento das indenizações imposto aos alemães.

Mesmo com a crescente inflação a partir desse ano, a economia conseguiu crescer, devido ao fato das pessoas gastarem seu dinheiro assim que os recebiam, as famílias, bem como as empresas já investiam seus lucros, ocorrendo o aumento da produção e a necessidade de uma maior demanda da mão de obra, reduzindo o nível de desemprego a níveis baixíssimos no ano de 1922.

Após 02 anos, 1923, o marco se tornou totalmente desvalorizado, o valor de sua produção estava mais caro do que o valor do próprio dinheiro impresso, não compensando para o Reichbank a moeda. As pessoas passaram a não confiar na moeda local, e buscavam moedas estrangeiras. Na época a moeda em que tinha se tornado predominante em todo o mercado internacional era o dólar americano, com isso os preços nos mercados internos passaram a ser ajustados conforme a cotação do dólar.

Porém no mesmo ano, o governo alemão suspendeu os pagamentos referente às indenizações da Primeira Guerra, de forma imediata França e Bélgica retaliaram invadindo a região no vale do Rio Ruhr, região essa que era considerada

o coração industrial da Alemanha, maior produtora de carvão e aço da Europa. Durante esse período até final do ano de 1923 ocorreu na Alemanha a hiperinflação, chegando a incríveis 30.000% de inflação (BRESCIANI-TURRONI, 1968).

Diante deste fato, o governo alemão em 15 de novembro 1923 introduziu o Rentenmark, moeda em que buscava a estabilização monetária, para termos uma noção da desvalorização do marco, a cotação era de 01 Rentenmark para 01 trilhão de marcos. No entanto, isso não foi suficiente para ter uma estabilização econômica, foi colocado como complemento a renegociação das dívidas que foram impostas após a primeira guerra.

As nações se deram conta do quanto a economia alemã estava se deteriorando e viram com grande desconfiança a aproximação da Alemanha e União Soviética, que buscavam cooperação entre si. A partir dessa visão que poderia representar uma ameaça a longo prazo para as demais potências, essas se reuniram e buscaram alternativas para ajudar no financiamento das indenizações de modo que não afetasse o crescimento econômico. Com isso foi criado o Plano Dawes, em que tinha a intenção de renegociar e facilitar as parcelas sobre as indenizações que foram impostas com o Tratado de Versalhes. Através dessa medida o governo alemão recebeu cerca de 800 milhões de marcos-ouro em empréstimos para que fosse possível cumprir com seus pagamentos externos, com essa ação os alemães tinham novamente o crédito no mercado internacional e bastava agora, não fazer o mau uso do mesmo¹⁰.

Após o sucesso do Plano, a Alemanha recebeu muito capital externo, porém o problema era que esse dinheiro não era aplicado como investimento, mas sim como troca da moeda pelo Rentenmark.

O Banco alemão utilizava das moedas estrangeiras para pagar as dívidas externas, dessa forma o Comitê de Reparações verificou que os alemães não estavam pagando as indenizações com o dinheiro da balança comercial, mas sim com o dinheiro externo que entrava de acordo com os empréstimos que recebiam, para discutir tal questão houve a Conferência Young. Durante essa Conferência, Hjalmar Schacht teve um papel extremamente fundamental para a renegociação das indenizações da guerra, sua participação se deu nos planos Dawes e Young e também com seu conhecimento sobre o funcionamento do sistema capitalista,

¹⁰ Diante da fragilizada economia alemã, uma possível ajuda soviética seria uma catástrofe para os Estados Unidos e os demais capitalistas europeus.

conseguiu diminuir o desemprego e tornar a Alemanha uma potência econômica novamente.

Com as renegociações do novo plano e a crise de 1929, a Alemanha se aprofundou na pobreza e miséria, a população já estava totalmente desacreditada na capacidade de Weimar de tirar o país do fundo do poço, dando brecha assim para que um regime mais rígido tomasse o poder.

Podemos chegar à conclusão que a chamada Grande Depressão no final dos anos 20 foi extremamente fundamental para a tomada do poder na Alemanha, com a intensa queda de produção industrial e da economia mundial, causada através da quebra da bolsa de Wall Street e também devido ao fato de que muitos países europeus, principalmente a Alemanha, dependia de empréstimos feitos pelos norte-americanos, encerrado devido à grande crise.

Na Alemanha não foi diferente, houve uma explosão nos números de desemprego, devido a drástica queda de produção e conseqüentemente a demanda por mão de obra¹¹. Nessa altura diante do cenário de extrema instabilidade na economia, a Alemanha estava diante de 02 destinos, ou ceder às forças do socialista, que estava em alta no momento, ou recorrer a uma outra política no qual o Estado tivesse o poder central. Assim, a maneira encontrada para conter o avanço do socialismo, foi de financiar o partido nazista, que tinha como principal objetivo um estado intervencionista, e sem a socialização dos meios de produção. Dessa forma, a economia seguia os princípios do Führer, o nacional socialismo acabou se apoderando das críticas ao liberalismo. Foram apontados diversos culpados pela situação em que a Alemanha se encontrava, entre eles: sindicatos, banqueiros, especuladores. Coincidentemente ou não, na maioria das vezes esses considerados “culpados”, eram judeus.

O ódio pelos judeus que já existia desde o século XI como a expulsão de Portugal antes de 1500¹², se intensificou ainda mais quando Hitler assumiu o poder, causando boicotes aos comerciantes. Um dos episódios mais marcantes foi conhecido como “Noite de Cristal”, fato em que as Sinagogas e os comércios de diversos judeus foram totalmente destruídos, e muitos foram mortos e deportados. Com isso, notamos que o objetivo principal era de uma fanática busca pela

¹¹ De acordo com dados obtidos da época, de 1922 a 1924, pelo menos 10% da população estava desempregada.

¹² Também chamado de “A inquisição de Portugal”, episódio se deu com a expulsão devido ao fato dos judeus não se converterem ao catolicismo, levando sua retirada à força.

reestruturação econômica e moral da Alemanha. Sendo um dos principais problemas em que afetava a Alemanha, podemos notar assim, que a prioridade de Adolf Hitler era de diminuir drasticamente os números de desemprego

No início dos anos 30, importante banco alemão declarou falência, devido ao fato de estar totalmente desestruturado de forma direta com a crise americana e também devido a falência de outros bancos que tinham interferência direta com os alemães. Com o passar dos anos, o PIB alemão cai cada vez mais, juntamente a ele os níveis de desemprego. Com esses dados negativos referente a economia alemã, o crédito é reduzido de forma significativa e os capitais estrangeiros antes abundantes, agora estão a fugir. No ano de 1932 o índice de desemprego na Alemanha era alarmante, e na mesma medida de crescimento, surgia o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães como um novo cenário de esperança para que a Alemanha tivesse dias melhores¹³.

2.4 ASCENSÃO E IMPORTÂNCIA DE ADOLF HITLER

Entra em cena uma figura importante e que iria mudar totalmente o rumo e destino da Alemanha, Adolf Hitler. Um orador extremamente influenciador que atraiu um número enorme de seguidores que estavam desesperados com a atual situação em que a Alemanha se encontrava. Devido a situação enfrentada pela população, viram como uma espécie de escapatória para fugir da pressão do comunismo e da atual situação econômica que estavam sujeitos. Por fim, no ano de 1933 Adolf Hitler foi nomeado para o cargo de chanceler, disseminando seus ideais e demonstrando sua força através de seu livro *Mein Kampf* (Minha Luta)¹⁴, sendo tratado como quase uma bíblia para os alemães da época, em que todos deveriam ter nas suas casas.

Sem dúvida Adolf Hitler foi a personalidade mais importante do século XX, independente de todas suas ações que nem sempre foram de sua autoria, porém foram atribuídos a ele. Sem o Tratado de Versalhes e as injustiças cometidas contra os alemães pós Primeira Guerra, jamais teria surgido uma figura considerada “salvador” como Adolf Hitler. O carisma do austríaco não foi limitado apenas a seus

¹³ De 1928 até 1932, o nível de desemprego subiu tanto quanto o nível de intenção de voto sobre o Partido Socialista, ambos à níveis alarmantes (SCHACHT, 1951).

¹⁴ Livro de sua autoria que contava toda sua vida, expressava seus pensamentos e ideais e explicava por qual motivo tinha esse pensamento.

simpatizantes ou militantes, chegou a ser inspiração para Georges Prosper Remi¹⁵ em sua criação Tin-Tin, com ressalva nos detalhes: a franja. Adolf Hitler devolveu a ideia nacional a milhões de proletários graças a seu programa social em que também proporcionou a melhoria da vida dos trabalhadores.

Antes de Hitler, o nacionalismo era propriedade exclusiva dos burgueses e classes médias, com início de seu governo, passou a ser quase que exclusivo da classe trabalhadora. O maior ato extraordinário de Hitler foi sua inteligência militar, a invenção de estratégia moderna foi sem dúvida sua obra.

Com a ascensão do nazismo durante o final dos anos 20, é necessário compreender o que realmente estava por trás do partido nazista possibilitando e financiando todas as atrocidades que eram cometidas na Alemanha durante a primeira metade do século XX. Diversas foram as empresas em que tiveram participação nesse processo, muitas existem e são conhecidas até os tempos atuais. A tradicional empresa de tecnologia, chamada de Internacional Business Machines (IBM), introduziu todo o maior plano de extermínio de judeus já existente, seu papel se deu para acelerar e automatizar todas as fases do Holocausto, identificando, excluindo, e exterminando, cada um com suas características levavam à essas decisões. Dessa maneira, proporcionou uma maior facilidade para o governo da época em identificar os judeus que residiam em território alemão, onde trabalhavam e onde viviam, além disso também coordenavam todo o sistema de trem para conduzi-los até os campos de concentração, dessa forma o governo nazista se tornou o maior parceiro da empresa na época. Valores estimados que foram repassados a empresa foi de aproximadamente duzentos milhões de dólares (BLACK, 2009)

Há vários relatos de muitas empresas que se utilizaram de mão de obra escrava durante o período da Segunda Guerra Mundial, muitas montadoras se aproveitaram e se envolveram com os crimes nazista. É possível encontrar relatos como da BMW que se utilizou de cerca de 30 mil trabalhadores durante esse período, Mercedes Benz e a Volkswagen, esta última que desenvolveu o veículo Fusca a pedido de Führer e ainda tinha uma proximidade de Heinrich Himmler para solicitar diretamente escravos vindos de Auschwitz

¹⁵ Escritor, artista e desenhista de histórias em quadrinhos.

Para compreendermos melhor essa dominação carismática de Adolf Hitler é necessário compreender a Teoria da Dominação de Max Weber, através dela é que busca o entendimento do princípio da autoridade. O autor define como duas as linhas interpretativas, a primeira relacionada à filosofia moral, sendo debatida principalmente na filosofia alemã, a segunda linha de pensamentos se refere ao pragmatismo e seu cuidado com o resultado final da ação. Entre as questões principais, está a forma de entender o que faz dos indivíduos isolados e na teoria livres da uma coletividade em comum, de formas diferentes que emergem na sociologia do século XIX para o século XX.

2.4.1 Teorias de dominação por Max Weber

Weber define três maneiras clássicas de dominação, chamada de tipos puros de dominação legítima. Todo poder necessariamente, ao se instituir precisa da aceitação de maneira geral das pessoas em que estão sendo sujeitadas a tal ato. Onde é necessário o uso da força, é sinal que há a declinação de legitimidade. É importante ressaltar que essa forma de pensamento nos leva em um primeiro plano entre Estado e uma sociedade política, porém na prática é válido também para grupos menores e também para o meio empresarial.

As três maneiras de dominação citadas acima são: dominação carismática, dominação legal e dominação tradicional. Precisamos ressaltar que na realidade não encontraremos um tipo puro de dominação. As maneiras apresentadas não devem ser vistas como uma forma de conclusão, mas sim como uma maneira de compreender como é feito o processo, analisando diversos aspectos da vida social em um determinado período¹⁶.

A dominação legal compreende nas relações de poder entre Estado e a sociedade moderna, juntamente com suas diversas instituições. O autor defende que a forma mais pura dessa dominação se refere a burocracia, através de que qualquer seja o direito, ele pode estar sujeito a modificação por meio um estatuto sancionado de forma correta. Nessa dominação, também chamada de burocrática-legal, está definida situações de poder caracterizado pelos Estados Modernos e juntamente em

¹⁶ O estabelecimento de uma das dominações acaba modificando as atitudes e a vida coletiva de uma sociedade e suas relações.

relação aos quadros administrativos de grandes corporações do ramo empresarial, em que dirigentes são nomeados ou eleitos para exercer algum cargo específico. Pessoa essa, que está sujeita a normas que limitam o poder pré-estabelecido em relação ao cargo ocupado, devido a isso é chamada de dominação legal e não de dominação autocrática. Também dentro desse pensamento notaremos um certo receio referente as ordens sociais das hierarquias. Dentro dessa análise de dominação está inserido a objetividade científica, limites, possibilidades e neutralidade axiológica.

A segunda maneira de dominação é a tradicional, é necessário estarmos cientes que o continente Europeu esteve sujeito a essa forma durante pelo menos mil anos. A maneira mais pura dessa dominação é o Patriarcal, essa dominação tradicional é fundamentada sobre a santidade da tradição, fidelidade e a dignidade. As maneiras presentes não podem ser ditas como estabelecidas legalmente, mesmo que notaremos um ideal de utilidade e justiça. A teoria tradicional será dividida em duas maneiras, sendo elas: estrutura estamental e puramente patriarcal. No último caso a escolha dos servidores dará do designo ao critério do senhor daquele que lhe servirá. A diferença entre o sistema tradicional e o patriarcal é que neste último os servidores apresentam a independência em referência ao senhor.

A terceira forma de dominação definida por Weber é formulada em cima das qualidades pessoais, ou ainda nas crenças que fazem com que as pessoas se sujeitem ao poder de um determinado líder. Na segunda maneira de dominação, havia a presença de apenas um modelo para muitos casos, sendo elas Estado, empresas do setor privado, Estado, entre outros. E na maneira tradicional há duas maneiras básicas (estamental e patriarcal). Na forma carismática terá uma complexidade maior, por mais que seja simples sua compreensão deverá ter uma característica fundamental: os subordinados devem crer nas capacidades e dons extraordinários daquele que está exercendo o poder. Deve ser ressaltado a maneira com que o líder seleciona seus subordinados, isso se torna o passo chave para esse pensamento apresentado.

Portanto identificamos a impessoalidade na dominação burocrática, já na maneira tradicional haverá o predomínio de pensamentos em relação a forma das preferências pessoais, estes podem variar de acordo com o parentesco e até a amizade pessoal. Dessa maneira, o funcionamento administrativo estará ligado de maneira mais intensa com relação à atenção que o líder terá com às especificações

das determinadas funções, disciplina objetiva e os deveres do cargo. Segundo o autor, cada maneira de poder há uma forma específica em que o líder irá se sujeitar, isso está diretamente ligado a maneira que será concebida seu poder. Na dominação legal, o líder que está representando diminui sua legitimidade caso descumpra regras, assim como os regimes burocráticos que contam com as regras que os líderes devem se submeter. Na tradicional veremos que a alteração dos valores, costumes e tradições representam uma ameaça continua do poder. Já no poder carismático, a ameaça está através de fatores irracionais como a sua natureza, Weber diz que quando um líder é abandonado pela sua divindade maior ou sua representatividade por parte de seus seguidores é diminuída, então o domínio existente também decairá. Os pilares do poder de uma sociedade não são fixos e as maneiras de poder se alteram. O poder de dominação carismático tende a se instaurar de uma forma seguindo a tradição ou através das leis. Através dessa linha de pensamento poderemos afirmar que um líder é eleito conforme as normas e regras, porém nada impede que esse seja caracterizado por representatividade carismática (WEBER, 1981).

O indivíduo que tenha o conhecimento mínimo sobre a importância da figura de Adolf Hitler para a reestruturação Alemanha, rapidamente identificará o seu carisma frente ao seu poder de dominação durante vinte e seis anos controlando milhões de pessoas. Sua habilidade de florescer o lado emocional de cada alemão e investigar o ponto fraco de cada inimigo levou ao assassinato de milhões de pessoas. Já com avançados 41 anos, isso não foi impedimento para começar sua significativa carreira tão almejada, pelo contrário, se sentia mais experiente e prepara frente a tamanho desafio. Estava cercado por uma grande capacidade teatral durante seus discursos, batalhões com cada movimento sincronizado e cercado de gigantes bandeiras, estas que eram dotadas por um símbolo uma cruz como um dos significados mais antigos da humanidade, porém esse poder de oratória ia além de uma simples dominação carismática. De forma contrária a maioria das coisas que aprendemos sobre Hitler, há uma outra face existente do austríaco que poucos ressaltam ou conhecem, se refere a seus conhecimentos ocultistas. Muitos acreditam que o seu poder de influência sobre a massa era algo fora do comum, relacionando assim com seu interesse pela magia e quanto a utilização da suástica em um sentido de destruição. Adolf Hitler possuía um quarto de sangue judeu, nasceu em um povoado na Áustria muito característico pela

presença de médiuns e videntes no local, portanto acredita-se nesse lado espiritual e a conexão de Hitler com a magia e o ocultismo. De acordo com o histórico secreto do nazismo, podemos afirmar que Hitler e seus principais aliados tiveram um desempenho de extrema importância referente ao papel estratégico quanto às aplicações das barbáries cometidas durante o período. De acordo com esse perfil hipnótico que aplicava sobre a população alemã, Adolf Hitler pode ser considerado um tipo de Anticristo através do seu ocultismo praticado na época, porém era visto pelo povo como um salvador, um Deus

Também conhecido como Misticismo Nazi, descreveu toda a relação entre o Nazismo e o ocultismo, esoterismo e o paranormal presente na época. Era também caracterizado como uma espécie de subcorrente do regime nazista sendo tratado como uma segunda religião. Tanto o líder máximo quanto seus principais aliados, tais como: Rudolf Hess e Heinrich Himmler, também estavam envolvidos nesse processo. Um dos objetivos dos nacionalistas extremistas alemães era de usar esse ideal de poder mágico à par da ideia de superioridade ariana, usando através dessa força para a conquista da capacidade de transformar o mundo em um império de raça superior. Um exemplo dessa ação podemos citar casos durante a Segunda Guerra Mundial em que era feita com frequência a consulta a médiuns, astrólogos, videntes como uma forma de prever alguma ofensiva ou recuo. Portanto é possível compreender que o seu domínio sobre os alemães e seu certo sucesso estratégico estava além de seu poder de dominação carismático, mas sim algo relacionado a seu envolvimento sobre o ocultismo. No entanto compreender o nazismo em sua totalidade é um processo muito complicado, uma vez em que se refere a algo que sobressai um regime totalitário, atingindo a antropologia, economia, política e até a religião, conforme podemos constatar em todo o contexto histórico da primeira metade do século XX.. Com essa linha central de pensamento conseguiu manipular uma nação completa para conseguir seus resultados traçados anteriormente, modificou o ambiente conforme seus pensamentos (DEGRELE, 2010).

Um dos fatores primordiais para sua ascensão foi a sua capacidade oratória, levando até mesmo seus ouvintes às lágrimas. Seus discursos se baseavam com base no que as pessoas mais precisavam ouvir no momento, ainda mais devido às grandes dificuldades em que estavam enfrentando, como exemplo o discurso abaixo citado em 1927 na cidade de Nuremberg:

“Se alguém o chamar de imperialista, pergunte a ele: Você não quer ser um? Se disser que não, então nunca poderá ser pai, porque aquele que tem um filho precisa se preocupar com o pão de cada dia. Mas, se você fornece o pão de cada dia, então é um imperialista. O nosso objetivo deve ser formar uma semente que irá crescer constantemente, ganhando energia e força para o grande objetivo. Àquele a quem os céus deram a grandeza de decidir, eles também têm o direito de dominar.” QUERCUS (2015).

2.5 CENÁRIO ECONÔMICO DA ALEMANHA NOS ANOS TRINTA

Figura 2 - Alemanha: Despesas com o rearmamento, gasto público/bens e renda nacional (1933-1938)

	Despesas com o Rearmamento (1)	Gasto Público em Bens e Serviços (2)	Renda Nacional (3)
1933	1,8	10,1	42,5
1934	3,0	14,6	49,0
1935	5,4	16,6	55,3
1936	10,2	21,9	62,1
1937	10,9	23,5	69,9
1938	17,2	31,3	78,3

Fontes: Mazzucchelli (2000); Overy (1996); Barkai (1990).

A partir do ano de 1933 houve um intenso aumento nas despesas militares e corrida armamentista se preparando para eclosão de mais uma grande guerra de enorme proporção de acordo com as ambições do Terceiro Reich¹⁷.

O investimento foi pesado e sobressaiu sobre as demais áreas, deixando claro que o principal objetivo no governo era que através do fortalecimento militar, fosse possível atingir os demais objetivos traçados tais como redução de desemprego. Com esse refortalecimento militar, a economia dos alemães embalou e conseqüentemente houve uma queda significativa nos níveis de desemprego. Se

¹⁷ Nomeação de Adolf Hitler como chanceler.

olharmos por um único lado, referente a recuperação econômica e a preparação para a guerra, o rearmamento alemão foi vital para tais casos¹⁸.

Portanto, podemos compreender assim que a crise de 29 acabou prejudicando todos os países que eram dependentes economicamente dos americanos. No caso dos alemães, estavam totalmente dependentes dos empréstimos para conseguir cumprir as exigências impostas no Tratado de Versalhes. Quando foi verificada a impossibilidade de seguir com a política da época, e com o sentimento de derrota diante dos dados econômicos, a população acabou aderindo a regimes autoritários, vendo através desse o único meio como uma forma de “escapatória” da situação em que estavam enfrentando.

Devemos frisar que através desse investimento militar, que foi possível Adolf Hitler atingir seus principais objetivos de uma vez. Devido à essas medidas, foi possível de forma rápida identificar queda nos números de desemprego e rápida ascensão para que a Alemanha fosse considerada uma potência militar, que mais tarde seria uma das principais responsáveis pelo início da Segunda Guerra.

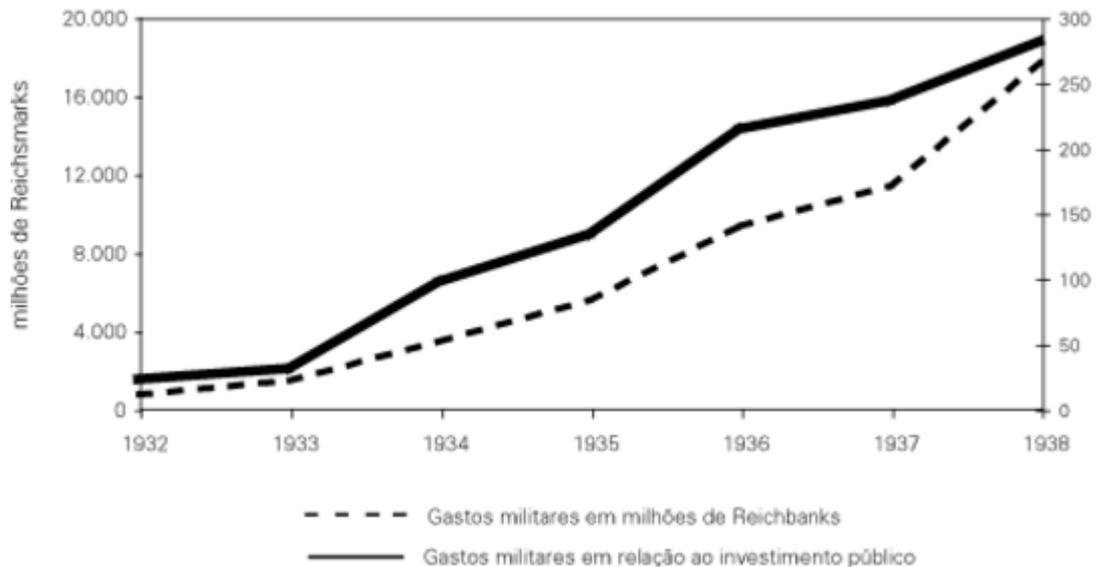
Em pouco mais de 02 anos, com golpes sucessivos e Hitler mandando assassinar seus considerados principais rivais, acaba conquistando alguns de seus objetivos pessoais. O estado passa a controlar todos os meios para que assim dissemine seus ideais sobre a população e tenha cada vez mais membros aderidos. Com Hitler, a Alemanha foi unificada e governada sob um poder único e centralizado, fato ainda mais fortalecido após o presidente Hindenburg¹⁹ falecer em 1934. Führer então deu início a sua trajetória perante a economia alemã, com investimentos principalmente na infraestrutura e também na indústria bélica. Um dos seus principais objetivos era de acabar com o desemprego, nos primeiros anos do governo nazista, 1932 até 1937 a produção nacional cresceu cerca de 102% e a renda nacional dobrou.

¹⁸ Em crescente desde o ano de 1933, a partir de 1935 os níveis de investimentos foram alarmantes se comparados com qualquer outro setor.

¹⁹ Paul Ludwig Hans Anton von Beneckendorff und von Hindenburg, presidente alemão durante a Primeira Guerra Mundial e posteriormente como Presidente na República de Weimar 1925-1934).

2.6 QUANTIDADE E ORIGEM DOS INVESTIMENTOS MILITARES A PARTIR DE 1932

Figura 3 - Gastos militares e investimentos públicos em milhões de Reichsmarks



Fonte: GARVY (1975).

Com o plano citado abaixo para arrecadar fundos suficientes através da venda de títulos públicos camuflados e direcionados todos para cumprir com a meta do governo nazista de reestruturação militar, foi possível verificar que na virada para os anos 30 o salto de investimentos na área militar se sobressaiu grandemente das demais. Tal medida estava totalmente oposta às sanções impostas durante o Tratado de Versalhes, e os demais países (Reino Unido, França e União Soviética) viram tal ato como uma ameaça e passaram a também descumpriram tratados que visavam o desarmamento com objetivo de não iniciar novos conflitos, porém desrespeitaram de uma maneira de garantir o mínimo de segurança para si. Podemos comprovar tal ação do governo alemão com o gráfico acima, dando início de 1933 para frente, os investimentos em gastos militares e em relação ao investimento público demonstraram grande crescimento. A forma de como esse dinheiro foi colocado em uso e como foi arrecadado, nos remete a uma pessoa que foi extremamente fundamental para a Alemanha na Segunda Guerra.

Hjalmar Schacht, considerado por muitos da época como um “bruxo” devido ao seu grande conhecimento sobre o funcionamento da economia capitalista, elaborou e colocou em prática diversas teorias na qual foi possível a reestruturação econômica a partir dos anos 30. Fundamental para minimizar os impactos da hiperinflação da época, renegociação das indenizações imposta pelo Tratado de Versalhes e ainda na arrecadação de recursos no mercado financeiro alemão com intuito de financiar um grande investimento em armamentos bélicos. Este último fato foi elaborado através de diversos mecanismos para que fosse mantido o segredo e os envolvidos não soubessem de tal fato, muito menos que outros países dessem conta de tal manobra, diante das sanções em que eram exigidos uma quantidade máxima de capacidade no exército alemão. Schacht elaborou formas de colocar títulos públicos no mercado financeiro de uma maneira que nem os próprios credores desconfiaram que se tratava de títulos do governo²⁰.

No final dos anos 30 podemos perceber alguns avanços por parte do Führer, se aproximou do Japão assinando acordo para conter o avanço da União Soviética e seus ideais e também da Itália de Mussolini, assinando acordos comerciais. Na sua aproximação à União Soviética, se limitou a assinar com Josef Stalin um acordo de neutralidade e não agressão por cinco anos. Logo depois, em 1º de setembro de 1939 as tropas alemãs invadiram a Polônia e dias depois países europeus declararam guerra a Alemanha, dando início assim a Segunda Guerra Mundial (KINKARTZ, 2016)

2.7 AÇÕES PÓS-GUERRA

Com o final da Segunda Guerra e a consequente derrota da Alemanha, que se rendeu em 08 de maio de 1945, houve a chamada Conferência de Potsdam²¹ para definir como seria o ordenamento internacional pós-guerra. Nessa Conferência, a participação foi limitada apenas aos vencedores da grande guerra. Em questão das indenizações a serem pagas após o conflito, até hoje não se sabe

Diversas foram as medidas adotadas e que afetaram diretamente a Alemanha, entre elas a devolução de todos os territórios conquistados após o ano

²⁰ Tal prática totalmente condenada por economistas devido ao fato de criar uma falsa sensação de estabilidade, uma hora estourando a “bolha”.

²¹ Ocorrida na cidade de Potsdam, Alemanha, contou com a participação de União Soviética, Reino Unido e Estados Unidos. Serviu como uma complementação dos tratados já existentes anteriormente.

de 1937, além da separação da Áustria dos Alemães Um dos principais objetivos adotados durante a ocupação na Alemanha, era de retirar todas as características e ideais que continha durante a Segunda Guerra. Tais como instaurar a democracia, regime totalmente imposto ao que existia anteriormente, retirada dos ideais nazistas, que pregava preconceito contra as raças não consideradas arianas. Além da desmilitarização que era um dos fatores principais pós Segunda Guerra.

Em janeiro do ano de 1946, a Alemanha foi dividida em 04 zonas que seriam controladas pelos países que obtiveram a vitória, são eles: Estados Unidos, Reino Unido, França e União Soviética. Assim como também houve a ocupação sob o território austríaco. Porém no ano de 1961, a zona dos aliados (americana, britânica e francesa) foi isolada da Alemanha Oriental através do Muro de Berlim, que dessa maneira, compôs a chamada fronteira interna alemã.

Podemos assim acompanhar o desenvolvimento econômico, político e social alemão durante a primeira metade do século XX. Percebemos que as diversas sanções impostas funcionaram como uma forma de combustível para que surgisse um poder autoritário e seu consequente malefício à longo prazo. Notamos ainda que para que houvesse um grande investimento militar, o governo adotou medidas para camuflar as formas de investimentos de uma maneira que não soubessem que o dinheiro na verdade estava indo de forma direta para o armamento militar. Por fim, a grande estratégia notada no começo do nazismo, contrastou com a ausência dela durante as invasões em territórios russos.

Com a Alemanha derrotada, foi dividida entre os ganhadores da Segunda Guerra Mundial em duas partes, capitalista e socialista de uma maneira visando a integração e a expansão dos principais ideais econômicos da época. Porém devido a esse contraste entre as duas divisões dentro de um mesmo país, era questão de tempo para que ocorresse uma grande dificuldade econômica, incentivando a formação de uma integração regional de acordo com o sistema econômico prevalecente da época: o capitalismo.

3. TEORIAS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL

Após a apresentação completa do contexto histórico se referindo ao período desde o início da Primeira Guerra, acontecimentos econômicos, políticos e sociais da Alemanha entre guerras²², finalizamos o primeiro capítulo com as consequências trazidas durante esses anos e como se iniciou uma reestruturação.

Devemos agora, compreender o processo de integração regional no qual possibilitou que essa ascensão econômica fosse possível, pois através da aproximação entre estados e a abertura das portas comerciais, foi possível o desenvolvimento significativo econômico, político e social. A reconhecida “integração regional” surgiu através da criação nos anos 50 da chamada Comunidades Europeias²³, uma das primeiras motivações se baseavam em uma forma para evitar mais guerras entre Alemanha e França durante a segunda metade na década de 50.

Após esse período do surgimento na Europa, esse movimento também se espalhou pela América Latina, África, Ásia²⁴. Nos primeiros anos, uma das principais razões para sua existência, além de evitar conflitos entre os Estados, também havia razões políticas e econômicas. Após um determinado período houve a fundamentação para também as áreas relacionadas à segurança e defesa.

Atualmente, os estados estão sujeitos a todos os tipos de tensões, seja elas por fragmentação ou integração. As tensões por fragmentação têm causas políticas e se relacionam com o ressurgimento do “nacionalismo subnacional”, as tensões de integração contém motivações principais vindas de forma econômica juntamente ao processo de globalização. Alguns Estados formularam respostas para bater de frente com a crescente integração dos mercados mundiais: a Integração Regional.

Essa Integração Regional pode ser definida como um processo no qual os estados se misturam voluntariamente de uma maneira que deixam de lado certas características de sua soberania e adquirem maneiras novas de resolver de forma conjunta seus conflitos (HAAS, 1958). Haas²⁵ defende que os Estados criam de

²² Tais como sanções, hiperinflação, níveis alarmantes de desemprego, ascensão do nazismo, entre outros.

²³ Comunidades Europeias são formadas pela Comunidade Econômica Europeia, Comunidade Europeia da Energia Atômica e Comunidade Europeia do Carvão e do Aço.

²⁴ Tais como Mercosul, ECOWAS, SADC, APEC, entre outros.

²⁵ Ernst Bernard Haas era alemão e foi um cientista político que contribuiu com suas teorias para as relações internacionais.

forma conjunta instituições capazes de tomar decisões favoráveis para todos os membros. Outras medidas podem tornar mais provável a integração, como maior fluxo comercial, vontade de aproximação dos Estados e uma identidade comum entre eles. Portanto, a integração regional, as vezes também chamada de regionalismo, constitui-se um processo formado e conduzido pelo estado. Em contraponto, a regionalização se refere ao aumento da interdependência intra-regional, definida como um processo informal através da participação do intercâmbio entre alguns países próximos territorialmente. Esse processo pode favorecer ainda mais a integração formal, porém seu fator principal não está no estado e sim no mercado e posteriormente na sociedade civil.

É necessário saber a diferença entre regionalismo supranacional e subnacional, definidos como uma cooperação transnacional entre instituições estatais como comunidades autônomas, este último é conhecido como micro-regionalismo e se relaciona apenas com fenômenos sociais como por exemplo as comunidades étnicas, culturais que estão divididas por fronteiras estatais (como tribos africanas e o caso Catalunha/Espanha), e por fenômenos políticos como a paradiplomacia.

A integração econômica entre dois ou mais países exige quatro etapas para seu desenvolvimento completo. A primeira é a zona de livre comércio, os produtos de qualquer país membro podem ser comercializados com outros sem pagar taxas. A segunda etapa se refere a união aduaneira, no início é estabelecido uma taxa a ser paga pelos produtos vindos de países terceiros. O Mercado Comum é como uma União Aduaneira, porém permite a livre circulação de fatores produtivos, tais como capital e trabalho humano, eventualmente a circulação de bens e serviços, para tal medida é necessário a adaptação de uma política comercial comum. Por último, a união econômica consiste na adoção de uma política monetária e moeda única entre os Estados-membros, na medida em que esse processo avança, a integração econômica mostra seus efeitos sobre a área política.

Quando se diz sobre os principais fundadores da União Europeia, ouvimos mencionar de grandes intelectuais como Jean Monnet, Jacques Delors e Robert Schuman²⁶. Uma das características significativas da integração é a possibilidade de se desenvolver de maneira positiva ou negativa, esta última faz referência à eliminação de restrições e trocas entre Estados. A maneira positiva se pode alcançar

²⁶ Grandes pensadores que desempenharam um importante papel durante anos 40 e 50 para a construção da comunidade europeia.

através de procedimentos intergovernamentais, porém a positiva requer organizações ou normas supranacionais (MALAMUD, 2007).

3.1 PRIMEIRAS TEORIAS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL

Se referindo as teorias de integração, o federalismo é uma das mais antigas. Embora alguns pensadores medievais tenham dado lugar a essa ideia do federalismo como um instrumento moderno. Kant e principalmente os idealizadores considerados responsáveis pelo sistema federativo dos Estados Unidos, desenvolveram um modelo que resultou com base nessa teoria, foi elogiado e copiado em outros Estados. Diversos teóricos da Europa adaptaram essa ideia para sua realidade. No entanto no ano de 1949 falhou em manter o Conselho da Europa como embrião da integração de um continente. A teoria federalista admite duas maneiras de avançar na integração: através da negociação constitucional intergovernamental ou através da chamada assembleia constituinte. Ambas opções levam à formação de um estado federal.

3.2 TRANSNACIONALISMO

O transnacionalismo analisa a criação de uma comunidade de segurança em que os conflitos militares entre os seus membros se tornam impensáveis. Seus objetivos se baseiam no desenvolvimento de identidades comuns entre os povos das áreas de integração, para isso a importância das instituições regionais é menor do que a densidade dos fluxos de interação e comunicação. Atualmente, o tema de integração regional estuda fenômenos diferenciados, por um lado a integração propriamente dita se diz quanto ao processo de formação de novas comunidades políticas, por outro lado a governança regional, adquire os mecanismos através dos quais se regulam essas novas comunidades.

Na sua origem tradicional, o Estado mostra-se ineficiente de garantir a estabilidade e a paz, os meios que podem o ajudar para a atingir esse objetivo são: organização e direito internacional. Notamos que na mesma medida que a interdependência cresce, são necessárias outras opções para diminuir as deficiências que um Estado possui. No ocidente notamos um grande sentimento de nacionalismo presente, isso confere ao modelo de Estado-nação, onde o valor de identidade nacional é maior, e não é vinculado com o jurídico-político da

nacionalidade. O transnacionalismo também é utilizado para se referir as instituições que ultrapassam a vontade dos Estados, como por exemplo a ONU. No ano de 1986, o Ato Único Europeu definiu o espaço da Europa como uma área com fronteiras inexistentes e que fosse garantida a livre circulação de serviços, bens, pessoas e capital. A imigração é realidade, ainda mais onde há grande presença de redes empresariais, devido a isso transformando a Europa em uma nova realidade política. Com isso para a ser questionado a relevância do Estado-Nação, caso estes sejam caracterizados por uma unidade territorial, linguística, cultural e religiosa, concluiremos que poderão perder seu posto para as redes e instituições transnacionais. Essas redes transnacionais podem ser baseadas em iniciativas locais e também através do Parlamento Europeu, porém as duas tem como objetivo de apoiar no desenvolvimento de políticas e estratégias para além do Estado membro, avançar para organizações europeias.

Através de ações transnacionais, a instituição supranacional europeia tem um papel muito importante na propagação das normas sociais, políticas, culturais e jurídicas em vários estados europeus e também no seu país origem. Podemos notar que o problema não se encontra na nacionalidade, porém sim na etnicidade. O critério de nacionalidade é jurídico, e o de etnicidade é subjetivo. As associações islâmicas por mais que se utilizem do espaço europeu de uma forma igual às associações sociais e culturais, não alcançam o apoio das instituições nacionais ou supranacionais. O papel do transnacionalismo é um modelo de participação para a soberania das identidades e seus representantes sobre os Estados-nações. O espaço político surgido com a formação da União Europeia é flexível e aberta para representações e reivindicações, essa comunidade deve suportar não apenas as Nações e Estados, mas também as minorias (DULEEP, 1996).

3.3 GOVERNANÇA SUPRANACIONAL

Por outro lado, a governança supranacional concede uma integração regional como um processo que uma vez iniciada, gera uma dinâmica própria. Essa teoria foca na importância dos atores supranacionais que são criados por uma associação regional, mas se moldam seus impulsos ao exigir certos mecanismos, destaca a participação de quatro atores centrais no desenvolvimento da integração europeia: A Comissão Europeia, Corte de Justiça, empresários transnacionais e os Estados

Nacionais. Os dois primeiros são instituições supranacionais que necessariamente não existem, ou não tem peso sobre as decisões. Por tanto, fora da União Europeia, só é esperado a interação entre Estados nacionais e empresários transnacionais.

Parte do pressuposto que seria mais fácil de administrar a interdependência causada através da globalização, aumentando assim a competitividade econômica inserido em um ambiente de extrema competitividade de forma a preparar para ambiente com maior exigência. A governança supranacional pode afetar de alguma maneira a resiliência de um Estado e a consequente construção pela paz, para melhor ou pior. Isso ocorre através de certas deficiências de um estado, como o déficit democrático em que os cidadãos não têm um conhecimento adequado ou palavra ativa acerca dos meios jurídicos, déficit de cumprimento quando as regras não são cumpridas devido ao fato de os mecanismos responsáveis não conseguirem garantir sua legitimidade e poder de sanção e por fim o déficit de coerência quando as regras não estão alinhadas ou se contradizem.

A governança passa a ser uma soma de muitas maneiras de indivíduos e instituições públicas e privadas ao gerarem assuntos comuns. Em um âmbito global, ela foi considerada uma relação intergovernamental, porém atualmente deve ser compreendida com a participação também de ONGs e mercados de capitais. É entendido que é necessária uma participação da sociedade sobre o processo de decisões públicas, esse só é alcançado com o diálogo entre sociedade e instituições capazes de garantir e implementar tais decisões. No entanto, os Estados devem determinar regras e gerar instituições para que seja possível essa participação citada (GONÇALVES, 2011).

3.4 FUNCIONALISMO

O Funcionalismo é o contraste do federalismo. Foi formado no final da Segunda Guerra Mundial como uma forma alternativa para a política de salvaguarda da paz mundial. Foi apresentada por David Mitrany²⁷ como um sistema flexível para superar os problemas que eram existentes devido ao nacionalismo. A proposta de Mitrany se baseou no caso do americano New Deal, supôs de uma abordagem descentralizada, em cada área e tema por tema, assim seria possível drenar a

²⁷ Importante historiador e político teórico, contribuiu com diversas obras para as relações internacionais, tal como: "The Functional Theory of Politics", de 1975.

capacidade dos países criarem organismos políticos capazes de lidar com as teorias administrativas.

Mitrany aplicou grande parte de seu conhecimento para compreender o processo de integração a partir da observação sobre o caso europeu em estudo. Um dos seus principais pontos questionados, foi o alcance da paz em um nível que atingisse a todos, acreditava na bondade da cooperação entre estados de uma maneira de garantir a paz. Os atores racionais seriam identificados em situação na qual com a existência de um problema comum apresentado, os Estados se inclinariam para ajudar em torno dessa situação com objetivo de reduzir os riscos

Os atores se comportam de forma racional quando inseridos no sistema internacional, apresentando as preferências de cada um e estaria sujeito a interferência dos seus componentes como um todo. A cooperação surge a partir do momento que os problemas se apresentam de forma crescente e não parecer ser possível uma solução dentro de um âmbito apenas nacional, dessa maneira os Estados estariam forçados a estabelecer uma cooperação entre si. Com essa interação, seria necessário a existência de especialistas para atuar em relação a um determinado tema, com isso ocorreria na instituição supranacional uma administração através de uma burocracia técnica transnacional, sendo definidos como os agentes responsáveis pela integração

Mitrany destaca a chamada “Doutrina de Ramificação”, definida como uma colaboração funcional em relação a um setor que dessa maneira geraria uma cooperação para outras áreas consideradas mais difíceis, como a economia ou política.

Ainda com base na Teoria funcionalista, a integração ocorre através da repartição da soberania de acordo com o que seria exercido juntamente. Dessa forma, há essa troca de soberania para os envolvidos no processo. Um dos pontos centrais do Funcionalismo não é focar nos aspectos políticos ou sociais que envolvem o processo de integração, mas sim nos aspectos econômicos. Com isso, seria tratado e enfatizado o que era considerado prioritário

Essa teoria foi desenvolvida durante período entre guerras, e devido a isso havia uma crítica intensa dos Estados soberanos pois entendia que sua valorização exagerada fazia com que a prevenção a guerra não fosse colaborada. Mitrany pregava a busca pela paz universal de um modo mundial, e para isso ser alcançado

era necessário que ocorresse uma cooperação econômica para que as fronteiras pudessem ser quebradas e eliminando assim as possibilidades de guerra

Através disso, podemos compreender o motivo dos funcionalistas considerarem melhor a opção da diminuição da soberania dos Estados. Porém não pregava no fim dessas soberanias, defendia apenas que ela não teria tanta relevância como durante o período entre guerras. A Teoria Funcionalista, com o desenvolvimento do processo de integração e seu foco universalista, se tornou incapaz de compreender o movimento que ocorria em território europeu. A partir do momento de criação das Comunidades Europeias, demonstrou não ser o modelo ideal para explicar o processo de integração que estava surgindo mundialmente. Assim, diante do resultado apresentado e na busca para compreender melhor o processo, surgiu corrente de pensamento neofuncionalista.

Uma das críticas referente ao funcionalismo se refere a suas origens e objetivos, devido ao fato de sua criação ter se iniciado através da observação do processo de integração europeu. O funcionalismo ainda não conseguiu explicar o motivo da suspensão do processo em certos momentos e o porquê de certos setores não conseguirem bons resultados, em referência a integração militar. O dever dessa teoria, é de entender como deve ser passo a passo da teoria, e não como é realmente. Outro fator, se deve a incapacidade de conseguir especificar o que é ideal para ocorrer a cooperação ou por qual motivo ela se inicia.

Com base nos ideais de Jean Monnet, poderemos compreender a aplicação e importância da teoria durante o processo de integração. Logo após o fim da primeira guerra, já era defendido um formato para que os Estados pudessem se relacionar dentro do sistema internacional. Porém apenas uma cooperação não era considerada suficiente para tal propósito pensado na época, uma vez que isso já tinha ocorrido e na prática tinha mostrado tal resultado.

Com isso, o mais adequado para cumprir o pensamento proposto era a criação de uma Federação Europeia, com objetivo de reunir os Estados pós-guerra e buscar a reestruturação, desconsiderando seus interesses e a soberania dos estados. Ao mesmo tempo, deveriam estar sujeitos à um bem comum maior entre os participantes para que obtivessem uma aproximação maior. Um dos primeiros passos diante dessa formação foi a pacificação entre Alemanha e França, estados com grande representatividade na época, rivais durante vários anos durante séculos 19 e 20.

Muitos autores defendem a tese de que essa pacificação só foi possível com uma das consequências sofridas pela Alemanha no século XX, que foi o controle da França sobre a produção do carvão e aço.

Com o decorrer dos anos e a luta constante pelo estabelecimento da paz mundial, houve a influência Funcionalismo acerca dos ideais da época. Assim, o processo de integração buscava uma evolução por setores e de forma gradual. Com esse pensamento, Roberto Schuman que defendia a criação de uma Europa mais organizada, para que assim fosse possível uma relação pacífica entre os estados Europeus, pouco tempo após saírem de uma grande guerra.

No ano de 1950 foi declarado o Plano Schuman, como uma tentativa de aproximar os estados e incentivar a integração regional. Portanto, com a influência do Funcionalismo foi criado o órgão para participação dos estados, possuía ainda a considerada “Alta Autoridade”, se encontrando acima dos participantes e dessa maneira era independente em relação aos mesmos.

A chamada Comunidade do Carvão e Aço (CECA), pode ser considerada a primeira aproximação na Europa. De acordo com os funcionalistas, essa medida poderia ser considerada o passo inicial para a integração desenvolvida por David Mitrany, na qual seria alcançado níveis maiores de integração (MALAMUD, 2007).

3.5 NEOFUNCIONALISMO

A teoria Neo-Funcionalista foi desenvolvida por Ernst Haas e um grupo de especialistas, Haas progrediu com sua teoria principalmente entre os anos 50 e 60 se baseando na ideia que as trocas de tecnologias e científicas produziram formas de incentivos e pressões para ocorrer a inovação institucional internacional. Essa inovação traria a aprendizagem política, burocracias nacionais e dos líderes políticos. Tanto o neo-funcionalismo quanto o funcionalismo, sustentam que o que mais importa é a ação utilizada pelos atores, e não necessariamente o compromisso com uma nova ordem. A teoria apresenta a integração como um processo aberto, com *spillover* entre áreas²⁸. Porém o processo de *spillover* não ocorreu como o esperado, o que no início parecia ser um processo mais complexo, passou a ser um processo extremamente condicional, resultando em pouco produtivo.

²⁸ *Spillover*. Conceito em que é definido como atividades que são desempenhadas ou que sobre elas o Estado tenha alguma interferência.

A teoria Neofuncionalista surge através de uma crítica construtiva do funcionalismo. Um dos maiores autores representantes, Ernest Haas. Com objetivo de ser uma teoria geral, buscava explicar inovar e explicar novos processos que começaram a ser observados na metade do século XX

Para Haas, a integração ocorre além das questões técnicas, outras questões podem estimular esse processo. São definidos como quatro os possíveis motivos, tais como bem-estar social e desenvolvimento econômico, incentivo da segurança comum, vontade de se unificar as sociedades e uma nação mais forte com interesse em controlar os estados menores. O teórico ainda baseou seus conceitos no chamado “*spillover*”, este definido como uma forma de estímulos e aprofundamento na integração. Com isso, a cada integração funcional que era buscada, naturalmente levaria à uma intensificação do processo de integração que estava em desenvolvimento.

Para obter sucesso no processo de integração é necessário a existência de um comprometimento ideológico para que assim seja possível compartilhar valores, interesses e através disso haveria a troca gradual dos atores para uma Organização Internacionais, possibilitando os ganhos.

Desenvolvida pós Segunda guerra, essa teoria teve uma vantagem significativa em relação à anterior devido ao fato do surgimento da Comunidade Econômica do Carvão e do Aço (CECA). Com isso, abriu-se a possibilidade de desenvolver ideias mais próximas da realidade e assertivas. Essa teoria centraliza nas autoridades o papel de maior importância para definir qual caminho deve ser seguido pelos países europeus durante o processo de integração. Com isso, a Teoria Neofuncionalista era focada seu estudo sobre a transferência de soberania da estrutura nacional para a internacional e central, contribuindo para a efetividade da integração política.

Muitos defensores do Neofuncionalismo acreditam que a federação faz parte do último objetivo devido a integração estabelecer uma proximidade entre os Estados, por mais que seja desenvolvido para algumas áreas específicas, passa a ser expandido para outras áreas.

Durante esse processo de integração há fatores externos que são encarados como motivações, podemos citar as ameaças vindas de fora, que acabam incentivando a criação de medidas de segurança comum. Também há a cooperação para a troca de conhecimento, possibilitando o aumento do bem-estar social e um

desenvolvimento econômico, além da busca para neutralizar a influência de uma hegemonia no sistema internacional.

Podemos identificar três fases distintas nesse processo: acomodação por meio do mínimo denominador comum, acomodação pela divisão das diferenças e as organizações internacionais econômicas como mediadoras nas negociações e o chamado *spillover*. A primeira se refere quando há a existência de muitas trocas e concorrência entre os estados, agindo de forma egocêntrica e não levando em conta as necessidades da sociedade. A segunda se refere quando são utilizadas organizações internacionais econômicas ou grupos ad hoc para servirem como mediadores durante as negociações. Por fim temos *spillover*, os interesses de ambas as partes são aprofundadas e formam uma comunidade política que contém jurisdição judicial e legislativa.

Essa teoria é considerada por muitos autores, a mais válida para a análise sobre a integração europeia, por mais que não seja possível explicar todo o processo. McGowan, importante autor contemporâneo, reescreveu a teoria de Haas no ano de 2007 e confirmou tal fato. Esse autor, destacou ainda que através dessa tese, foi possível criar uma nova visão acerca do processo de integração, como no caso do *spillover* colocado como dinâmica no processo de integração europeu. Muitos definem que o neofuncionalismo surgiu como uma forma de explicar o motivo do processo de integração europeu que estava ocorrendo, ao invés de apenas expor sua opinião. Nunca outra teoria de integração foi tão atacada e criticada como essa, de uma forma que o conceito de *spillover* se tornou capaz de demonstrar como os atores do sistema internacional desenvolvem a interdependência de uma forma latente. As agências supranacionais e também a sociedade civil desempenham um papel decisivo no processo de integração e no compartilhamento de soberania entre os Estados participantes

A teoria neofuncionalista crê que a democracia é sua própria propulsora, o sucesso de um processo de integração depende da participação da sociedade. Não é considerado integração um processo em que a sociedade não enxerga benefícios nela, pois de certa maneira as questões nacionais são deixadas de lado para se dedicar as questões do bloco. Podemos notar características dessa teoria dentro do bloco europeu. Um dos marcos desse bloco, e que o fez se tornar um ícone referente a integração, a solidez de sua supranacionalidade, é uma das teses desenvolvidas dentro dessa teoria. Há também a presença do conceito *spillover*

quanto ao alcance da estrutura supranacional do bloco, que envolveu um processo de consolidação através dos ideais presentes nesse conceito. Essa integração deu passo inicial com o CECA, primeiramente apenas alguns setores econômicos. Porém com o passar do tempo, se expandiu para outros setores da economia até por fim se formar a União Europeia, atingindo diversos setores, entre eles os setores econômicos, entre eles sociais, econômicos e políticos (PATRÍCIO, 2006).

3.6 LIBERAL INTERGOVERNAMENTALISMO

Essa teoria traduz a integração como o resultado de decisão soberana entre estados próximos, ainda segundo essa teoria os Estados promovem a cooperação internacional para cumprir as demandas de seus atores relevantes. O objetivo final é o fortalecimento do poder dos estados e mantem a opção de se retirar da associação e não sua diluição de uma determinada entidade regional. Isso define a interdependência econômica como um dos fatores necessários para a integração, na medida que a liberação comercial aumenta, a relevância do comercio exterior exige uma maior integração.

Na abordagem segundo o Liberal Intergovernamentalismo, uma das teorias que compõe as Teorias de Integração, perceberemos que essa linha teórica busca a explicação para entender passo a passo de como é constituída.

Essa teoria não é considerada uma na qual foi designada para ser tomada como base em relação a integração regional, vai além de uma simples discussão e se aprofunda sobre como os Estados passam a cooperar entre si. Com a defesa de que os Estados são racionais, eles agirão de acordo com seus interesses e preferências. Esses interesses e preferências de um Estados são definidos com base nas chamadas “pressões domésticas” e também nas pressões internacionais. Quanto às domésticas, são definidas em dois tipos de disputas para que dentro do Estado seja definido as preferências nacionais, são elas: endógenas e exógenas. As disputas endógenas consistem naquelas em que ocorrem dentro do próprio aparelho estatal, já a exógena percebe-se sua atuação através de grupos sociais organizados, como intelectuais, comunidades específicas²⁹.

²⁹ As chamadas pressões domésticas são como um reflexo das preferências nacionais levando em consideração a parte racional dos atores.

Através dessa teoria, entendemos quais pressões e grupos influenciam a formação da política internacional dos Estados. Defende ainda que dentro do sistema internacional, primeiramente os países definem seus interesses para que depois desenvolvam uma dinâmica para que possa existir a barganha entre si e assim consigam delimitar os interesses em comum. Podemos identificar nessa teoria, o conceito de interdependência, este que significa quando dois indivíduos estão ligados através de uma relação de dependência mútua, dessa forma gerando uma dependência recíproca. Esse conceito é de extrema importância para o Intergovernamentalismo devido a existência da necessidade de cooperação entre os países envolvidos, não cooperar se torna mais prejudicial se comparado a cooperar, dessa maneira está diretamente ligado à interdependência. Com essas medidas de cooperação, os custos referentes às relações entre os estados acabam sendo minimizados.

Os motivos que motivam a realização da integração associado ao Intergovernamentalismo, se deve ao fato de que uma coordenação política conjunta é considerada mais eficiente do que um movimento unilateral. Quanto mais frequente a coordenação entre Estados, maior será a demanda por coordenação política. Portanto, a teoria intergovernamentalista foca na ideia de que através da coordenação política é possível a maximização dos lucros e também a redução nos custos no processo de integração, quanto for maior o número de acordos de integração, menor será o custo final (DUARTE, 1997).

3.7 RESULTADOS ALCANÇADOS ATRAVÉS DA INTEGRAÇÃO

A integração europeia foi uma maneira que os Estados encontraram para a defesa de seus interesses específicos em um âmbito interno e ao mesmo momento, no externo defender suas políticas internacionais. Com base nessa teoria, percebemos que o mercado comum seria a soma dos interesses similares dos Estados, que estavam em busca de oportunidades para alcançarem seus objetivos através desse mercado. Com essa busca pelos interesses nacionais, entraria em conflito com o interesse comunitário, sendo frequente a disputa de poder entre os Estados. O Intergovernamentalismo é o oposto da supremacia absoluta.

Os Estados que defendem a interação europeia com base nessa teoria utilizam como exemplo as Conferências Intergovernamentais Internacionais, que as

ações tomadas pelos participantes que são os membros da União Europeia, decidem o caminho que a citada integração deve seguir através de suas próprias decisões. Vale ressaltar que mesmo após essas reuniões para ser definidos as ações do bloco como um todo, os interesses nacionais continuam prevalecendo como prioritárias, dado que a instituição supranacional deverá agir de acordo com o plano de ação definido nas reuniões.

Diversas condutas com base nessas teorias estiveram presentes em alguns momentos durante o histórico do bloco europeu, seja de forma mais ou menos intensa. Notamos essa presença da teoria em questão em diversas ações, porém sofreu algumas modificações com base em alguns aspectos, sendo alguns deles as políticas comunitárias e os impulsos políticos definidos através das deliberações diplomáticas no Conselho da Europa. A aplicação dessa teoria podemos encontrar no chamado Ato Único Europeu, ocorrido com importância para alavancar a integração e também o mercado interno. Tal importância e aprofundamento, será ressaltado no capítulo III desse trabalho.

Por natureza, as instituições da União Europeia são entidades supranacionais. Porém essa supranacionalidade não está necessariamente interligada de forma a se sobrepor sob elas. Cada Estado possui sua representatividade dentro do bloco, uma pessoa designada para que seja um referencial dos ideais do seu país perante os demais Estados ali representados.

O Conselho do bloco europeu é formado pelos Ministros das Relações Exteriores ou Ministros dos Negócios Estrangeiros. Dessa maneira, de acordo com as normas impostas no bloco, um dos seus objetivos principais é de encontrar uma solução que seja considerada favorável as duas partes envolvidas. Esse conselho do bloco europeu possui 03 formas de votação: unanimidade, maioria simples e maioria qualificada. A votação por unanimidade é necessária a aprovação de todos os estados participantes para estabelecer uma decisão, no entanto, cada um possui em suas mãos o poder de veto.

Maioria qualificada necessita de um quórum especial, de forma diferente das já citadas anteriormente. Nessa forma de votação, os Estados membros possuem pesos de votações diferentes, de acordo com suas dimensões geográficas e quantidade de população. Existe pessoas que defendem que no processo decisório do bloco europeu exista uma essência governamental, porém seus resultados são supranacionais. O Conselho, principal órgão decisório da União Europeia possui

várias características intergovernamentais, como os interesses nacionais dos governos, são considerados de extrema importância para que seja definido o caminho a ser seguido no bloco.

Um exemplo claro que podemos citar de Intergovernamentalismo dentro do bloco, se refere a uma entrevista de David Cameron, ex-primeiro-ministro britânico que ficou no poder de 2010 a 2016. Essa reportagem foi realizada em abril de 2013 e retrata a visão do político diante da União Europeia.

Com título de “David Cameron tenta vender os seus pontos de vista sobre a UE”, a visão passada para os demais foi resumida em “Cada um por si”.

Na época Cameron defendeu que o bloco deveria ser mais aberto e flexível diante da concorrência das potências emergentes, de acordo com ele, na Europa nem todos fazem as mesmas coisas ao mesmo tempo. Assim como na época, o Reino Unido estava fora do espaço Schengen³⁰ e Polônia e a Suécia estavam fora da zona do euro.

Um dos temores dos demais Estados participantes, era de que através da visão de Cameron, outros países passassem a dar início com pensamentos visando apenas o benefício próprio, prejudicando o bloco como um todo. E podemos associar esse pensamento um tanto quanto individualista demonstrado na época através de seu discurso, com o *Brexit*. Movimento esse que em 2016 culminou na saída do Reino Unido da União Europeia. Saída que já era especulada desde muito tempo atrás (THE INDEPENDENT, 2015).

As teorias que explicam o processo de integração como um todo, de acordo com a rapidez do processo, também sofrem variações e evoluções em suas estruturas. Assim como a organização também está sujeita à essas alterações. Com isso, entendemos que uma determinada teoria poderia ser ideal para compreender o processo de integração e com o passar do tempo essas mudanças afetariam as estruturas teóricas, dessa forma a mesma teoria estaria ultrapassada ou insuficiente para a mesma compreensão.

Assim como outras teorias já apresentadas, a Teoria Intergovernamentalista também enfrentou muitas dificuldades em compreender o processo de integração europeu, com diversas limitações não conseguiu estar à par do desenvolvimento europeu existente na época (YOSHIRO, 2013).

³⁰ Refere-se a um acordo adotado entre países europeus para a abertura das fronteiras e a livre circulação de pessoas.

4. ALEMANHA PÓS 1950: BLOCOS ECONÔMICOS

4.1 SURGIMENTO DE NOVOS BLOCOS VISANDO A RECUPERAÇÃO ECONÔMICA EUROPEIA

Com o fim da Primeira-Guerra, surgiu a necessidade dos Estados se aproximarem dos demais com objetivo de se recuperarem economicamente e com a formação dos Estados contemporâneos, muitos buscaram intensificar suas políticas integracionistas para atingir um melhor páreo competitivo dentro do sistema internacional. Os motivos de buscarem tal ação são variados e particulares de cada um de acordo com suas necessidades, tais como relacionado à: economia, cultura, social, etc. A justificativa mais plausível das citadas acima, é a econômica, os Estados buscam um maior espaço frente ao comércio internacional para que consigam estar de forma competitiva com os blocos e demais estados. Busca-se a integração para que consiga benefícios que não se tem de forma individual, por mais que seu objetivo seja econômico, o processo se inicia por meios políticos. Quanto maior o ideal político, maior também será a possibilidade de desenvolvimento a ser alcançado. Buscaremos então nesse capítulo, apresentar e compreender a fase introdutória da Alemanha à frente do processo de integração regional e a consequente formação de blocos econômicos que foram o passo inicial para uma maior aproximação e consequentemente a melhora econômica, social e política para os Estados envolvidos no processo.

A Europa foi um dos pontos centrais do Plano Marshall³¹ através disso os Estados Unidos buscavam a reconstrução econômica europeia. O proposto era uma ajuda de 12 mil milhões de dólares de 1948 até 1952, os principais países beneficiados foram Inglaterra, França, Alemanha, Itália, entre outros. A integração tem como objetivo a aplicação de medidas em conjunto para que o resultado seja coletivo. Recentes processos integracionistas ocorridos na União Europeia foi a entrada de 10 novos estados. A tendência atual da sociedade internacional leva os países a busca-

³¹ Plano desenvolvido pelos Estados Unidos visando a recuperação econômica europeia para fortalecer a expansão do modelo capitalista e conter o avanço da União Soviética com o socialismo.

rem formação de blocos econômicos para estimular a economia e conseguir concorrer à altura com os demais estados (SHERWOOD, 1998).

A formação de um bloco econômico é diferente e varia de acordo com cada região, portanto o modelo usado para a integração na união europeia não será o mesmo por exemplo no Mercosul. No bloco europeu, classificado como mercado comum, estará presente pontos como a livre circulação dos chamados 'fatores de produção', definidos como bens, serviços, pessoas e capitais. É necessário que os estados que farão parte dessa integração, estejam dentro dos critérios políticos utilizados na 'espinha dorsal' dessa integração, pois é o que definirá para qual rumo se dará esse processo. Uma das últimas etapas existentes no processo de integração se refere à Integração Política, podemos encontrar nesse conceito a junção das soberanias dos Estados que integram um determinado bloco econômico para a formação de um Estado Supranacional. Porém o último estágio citado não ocorre de fato na prática, o autor **Eduardo Biacchi** define a União Europeia com um "futuro incerto no sistema internacional"³².

4.2 INTEGRAÇÃO ALEMANHA E UNIÃO EUROPEIA

Para compreendermos como se deu o crescimento econômico alemão após a segunda metade do século XX, é necessário apresentar passo a passo da sua integração com a União Europeia e todo o desenvolvimento do bloco, desde sua primeira formação (CECA) até a atual. Foi então que no ano de 1950 foi declarado o "Plano Schuman", considerado o início do que hoje é a União Europeia.

Com isso, o governo francês se propunha a colocar sobre uma única autoridade a produção franco alemã de carvão e aço, aberto para a participação dos outros países pertencentes à Europa. Essa medida também tornava quase que impossível um conflito entre Alemanha e França. Muitos foram os objetivos impostos durante a apresentação do projeto, tais como: desenvolver a exportação para outros países, modernizar a produção e a melhoria da qualidade, fornecer em condições iguais, carvão e aço a todos os mercados dos países participantes. Para que fosse

³² O ideal de Mercado Comum e União Monetária surge como uma ideia para o fortalecimento do mercado interno e também o mercado internacional, visando uma moeda que 'bata de frente' com o dólar americano. Isso só foi possível com a criação de um Banco Central Europeu e a coordenação das políticas monetárias.

possível atingir tais objetivos foi apresentada diversas condições para que através da cooperação com investimentos dos envolvidos, fosse possível manter tal projeto. Foi definido ainda que a circulação dessas duas mercadorias estaria isenta de qualquer tipo de tarifas referentes ao transporte. Comprometendo-se a elevar o nível de produtividade. Esse plano foi de fato a primeira medida buscando uma aproximação maior dos Estados da Europa, visando não necessariamente sua integração imediata, mas sim seguidas integrações em alguns setores. Desta maneira, essa forma de acordo nunca tinha sido vista antes na história das relações internacionais, uma vez que os Estados estão envolvidos com intuito de haver o benefício de todos os envolvidos, sendo as principais potências da época na Europa.

Para o surgimento da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, foi necessário a criação do Tratado de Paris e como defendeu o idealizador Robert Schuman, essa integração europeia seria feita por fases. A previsão inicial se daria durante um período de 12 anos e dividido em três fases distintas.

Foram definidas as “Quatro liberdades” do tratado, sendo elas: Livre circulação dos trabalhadores, direito de estabelecimento, prestação de serviços e livre circulação dos capitais. Essas liberdades seriam aplicadas de forma integral conforme a legitimação dos regulamentos necessários.

Na época, as matérias primas fundamentais da época para as indústrias, eram o carvão e o aço. Através disso, seria feito a expansão econômica, aumentando o número de empregos e qualidade de vida. O considerado primeiro passo para a reestruturação envolvendo a economia alemã foi dada no dia 18 de abril de 1951 com a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço. Sua existência se deu ao fato de um conflito entre Alemanha Ocidental e França logo após a Segunda Guerra Mundial. Anos após esse período, novos países (Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo) se juntaram com os já membros Itália, Alemanha e França para formalizar a criação da CECA.

Entre as medidas existentes estão a livre circulação de alguns materiais, tais como: Aço, carvão e ferro entre os estados participantes.

No texto abaixo retirado do tratado original, é possível verificar alguns dos objetivos da formulação do bloco:

“O PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA, SUA ALTEZA REAL O PRÍNCIPE REAL DA BÉLGICA, O PRESIDENTE DA REPÚ-

BLICA FRANCESA, O PRESIDENTE DA REPÚBLICA ITALIANA, SUA ALTEZA REAL A GRÃ – DUQUESA DE LUXEMBURGO, SUA MAJESTADE A RAINHA DOS PAÍSES BAIXOS, CONSIDERANDO que a paz mundial só pode ser salvaguardada por esforços criadores à altura dos perigos que a ameaçam; CONVENCIDOS de que contribuição dada à civilização por um Europa organizada e viva é indispensável à manutenção de relações pacíficas; CONSCIENTES de que a Europa só se construirá por meio de realizações concretas que criem, antes de mais, uma solidariedade efetiva e por meio do estabelecimento de bases comuns de desenvolvimento econômico; PREOCUPADOS em contribuir para a melhoria do nível de vida e para o progresso de causa da paz mediante a expansão das suas produções fundamentais; RESOLVIDOS a substituir as rivalidades seculares por uma fusão dos seus interesses essenciais, a assentar, pela instituição de uma comunidade econômica, os primeiros alicerces de uma comunidade mais ampla e mais profunda entre povos há muito divididos por conflitos sangrentos e a lançar as bases de instituições capazes de orientar um destino doravante compartilhado, DECIDIRAM criar uma Comunidade Europeia do Carvão e do Aço”. (UNIÃO EUROPEIA, c2017).

Através da leitura do trecho referente a parte do tratado original, percebe-se o intuito de contribuição e harmonia entre os Estados membros através do estabelecimento do mercado comum buscando a melhoria do nível de vida e o aumento do emprego.

O Artigo 3º desse tratado descreve as ações dos Estados-membros com base no interesse comum. É de interesse comum prezar pelo fortalecimento do mercado, levando em conta as necessidades dos terceiros envolvidos, fazer com que todos membros tenham acesso igual à produção e monitorar os preços mais inferiores de modo que não interfiram nos preços da mesma empresa durante outro período. Também é ressaltado nesse tratado, a melhoria das condições de vida e de trabalho, a promoção para desenvolver o comércio internacional e também a modernização da produção, aumento da qualidade, entre outros (STELGES, 2002).

O Tratado de Roma também pode ser considerado uma das bases que fortaleceu o surgimento da integração europeia, foi firmado no ano de 1957 por Alemanha Ocidental, França, Itália, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo, porém entrou em vigor no ano seguinte. Esse acordo surge logo após a Europa estar devastada política e economicamente após fim da Segunda Guerra Mundial,

estando sujeita as duas principais superpotências da época: Estados Unidos e União Soviética.

Formaram-se dois grandes polos, de um lado os capitalistas que defendiam a Democracia e a Liberdade, juntamente com os Estados Unidos. De outro lado, a União Soviética tentando expandir seus ideais. Com isso, no ano de 1957 é firmado esse novo tratado e passa a surgir mais duas comunidades: Comunidade Econômica Europeia (CEE) e comunidade Europeia de Energia Atômica. A CEE surge com o objetivo de viabilizar o intercâmbio comercial entre os membros e criação de regras para os estados não participantes, se identificando assim como Mercado Comum.

Seus objetivos se baseavam na criação de um Mercado Comum, Banco Europeu de Investimento e também na criação da comunidade de energia atômica, denominada de Euratom. Foram assinados dois tratados para dar origem a ao Tratado de Roma: a Comunidade Econômica Europeia e o Tratado constitutivo da Comunidade Europeia de Energia Atômica. Através da criação do mercado comum, buscava-se a política agrícola comum (PAC) que estabelecia a livre circulação de produtos agrícolas dentro da Comunidade Econômica Europeia, a autorização para adotar o protecionismo, visando eliminar a concorrência de produtos de outros países que não pertenciam à CEE. Além da adoção sobre a política comercial comum, dos transportes e a União Aduaneira.

Cerca de dez anos depois, o órgão denominado CECA foi feito a fusão com suas instituições equivalentes mais novas e dando lugar ao surgimento da futura União Europeia. Razões econômicas e também políticas contribuíram para a fundação das comunidades, as primeiras foram incluídas devido a necessidade de cooperação para confrontar com a reconstrução europeia após a guerra. No entanto a exigência por parte da França de ter acesso ao carvão e aço alemão preveniram no momento uma possibilidade de guerra devido a integração entre os dois estados.

Algumas proibições também foram feitas nesse tratado, tais como a proibição de monopólios, quando há apenas um fornecedor para determinado produto, não havendo a concorrência. Também o tratamento comercial especial referente as regiões consideradas ultra periféricas da União Europeia. Com a criação do European Investment Bank³³, a meta era de que existisse um órgão de concessão

³³ Banco Europeu de Investimento, criado em 1958.

de empréstimos à longo prazo para instituições pertencentes aos setores públicos e privados.

Um dos pontos altos desse tratado referia-se à criação de uma comunidade de energia atômica, denominada de Euratom. Como objetivo, essa comunidade buscava dar origem para o desenvolvimento da indústria nuclear, a coordenar os programas de averiguação que transcorriam nos Estados ou os que estavam se preparando para que sua utilização fosse impassível. Porém como o custo de investimento era alto, houve essa união para que fosse possível. A Euratom não se uniu com o bloco europeu e possui uma personalidade jurídica dissemelhante. Os enormes prejuízos resultantes da Segunda Guerra e a grande ameaça de um conflito entre Leste e Oeste, fizeram com que a reconciliação Franco Alemã fosse tratada como uma prioridade naquele dado momento.

A Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, pode ser considerada a primeira organização supranacional em território europeu que deu origem à integração europeia. Sua origem foi através do conflito na fronteira entre a Alemanha capitalista (Ocidental), e a França após a Segunda Guerra Mundial, época de diversas instabilidades econômicas. A união entre França e Alemanha era considerada como um “motor” da unificação europeia. O receio do expansionismo soviético avançar era o que fazia permanecer essa proximidade entre os 02 estados. A proposta de criar um mercado comum europeu surgiu como uma maneira de priorizar o mercado europeu para as empresas do continente, com a tese de investimento europeu direcionado para o capital europeu e assim conseguir enfrentar a concorrência dos norte-americanos. Foi então que no ano de 1967 surgiu a Comunidade Europeia, nos anos seguintes da sua criação diversos países passaram a ser membros. Dinamarca, Reino Unido e Irlanda se associaram no ano de 1973, Grécia em 1981, Portugal e Espanha em 1986 e por fim no ano de 1995 Finlândia, Suécia e Áustria, totalizando 15 Estados.

O Ato Único Europeu assinado em fevereiro de 1986, surgiu para complementar os outros três tratados que já existiam: Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (1951), Comunidade Econômica Europeia (1957) e Comunidade Europeia de Energia Atômica (1957). Através dele, alavancou a integração regional europeia e seu mercado interno através das mudanças nas diretrizes dos tratados já existentes, o então primeiro ministro da França na época, foi responsável pelo estudo e identificando onde deveriam acontecer os acertos no lugar dos erros. Com o

propósito da cooperação visando outras áreas, facilitou a livre circulação de produtos e serviços³⁴ que deveriam ser priorizados na época e dos capitais, os estados dedicaram-se em colaborar com a circulação de pessoas dentro da Comunidade Europeia, dessa maneira se tornando Mercado Interno a partir de 1993.

O tratado de Maastricht, assim como o Tratado de Amsterdã e o Tratado de Nice, serviu como os três pilares para a formação da União Europeia. Todos serviam como complementação do ordenamento já existente e contribuía com suas obrigações já pré-definidas³⁵. Através da assinatura do Tratado da União Europeia conhecido também como tratado de Maastricht, foi possível criar uma única moeda com objetivos de garantir a defesa e a segurança da União, bem como combater diversos tipos de crime organizado, como o tráfico de drogas. Através do tratado, foi dado um importante passo para a formação de uma Europa de Cidadãos, pois a EU só fará sentido se for feito para e com os cidadãos. Em outubro de 1997 foi inserido no bloco europeu o Tratado de Amsterdã, com objetivo principal de combater os índices de desemprego e reforçando seu papel no cenário internacional. A União Europeia não é um bloco fechado, porém para adentrar é necessário cumprir uma série de regras e normas, como: certo nível de desenvolvimento econômico, democracia, paz, respeito pelos direitos humanos além de pertencer à Europa. Esse processo de adesão será analisado caso a caso para que assim através da verificação e aprovação, possa ser assinado juntamente a outros estados (PECEQUILLO, 2014).

4.3 ESTRUTURA DA UE

A União Europeia tem na sua estrutura o Parlamento Europeu, definido como o órgão legislativo do bloco e eleito diretamente pelos cidadãos europeus a cada cinco anos, as últimas eleições ocorreram no ano de 2014, é dividido entre três tipos de poderes: Poder Legislativo, Poder de Supervisão e Poder orçamentário. O Conselho Europeu se refere a reunião ao menos duas vezes ao ano entre os Chefes de Estado e o Presidente da Comissão Europeia, esta última que é composta por 20 comissários que são eleitos pelos governos dos Estados para um período de 05

³⁴ Turismo, bancos, seguros, telecomunicações.

³⁵ Maastricht ou também formalmente chamado de Tratado da União Europeia, foi assinado em 1992. Também chamado de Tratado de Amsterdã, foi firmado em outubro de 1997. Tratado de Nice adotado pela União Europeia no final de 2000.

anos, exercendo suas funções de forma independente dos estados que os elegem. O Presidente da Comissão é escolhido entre os países participantes do bloco e aprovado pelo Parlamento Europeu, no qual também tem poder necessário para demiti-lo. Nas reuniões do Conselho da União Europeia, os ministros se reúnem para definir metas políticas e coordenarem suas políticas nacionais. O tribunal de Justiça é formado por nove advogados-gerais e quinze membros juízes, que são nomeados através dos Estados-Membros.

4.4 PARTICIPAÇÃO DO ORDOLIBERALISMO NA POLÍTICA ECONÔMICA ALEMÃ

Por volta de 1945 em diante, via-se no sistema econômico alemão a presença do Ordoliberalismo. Podendo ser definido como uma “terceira via” do liberalismo e adotada principalmente após a Segunda Guerra, muitos intelectuais da época o classificavam teoricamente como um pensamento econômico liberal, porém na prática mostrava o contrário. A partir de 1948, os ideais ordoliberais ganharam destaque na política e passaram a ser reconhecidos por outros países pela chamada “alemã economia social” até o ano de 1966, onde esse pensamento passou a ser substituído pelo keynesianismo. Quando se trata a análise teórica dos alemães, analisa-se o lado onde foi estabelecido o pensamento de acordo com as correntes liberais em referência ao papel do Estado na economia, essa análise se dará sobre o lado Ocidental alemão. A partir do ano de 1970 se iniciou processo de neoliberalização da economia da Alemanha. Para que fosse possível atingir tais objetivos, era possível notar a semelhança entre a teoria ordoliberal e o federalismo alemão presente na época. Não podemos deixar de lado o contexto histórico do Pós-Segunda Guerra Mundial, pois a partir disso que foi proposto uma reestruturação do Estado devido ao fato de que ao sair do conflito como perdedor, eram necessários meios legais e assertivos para seu desempenho. A junção citada acima entre ordoliberalismo e federalismo se dá através da necessidade de um Estado forte e ciente para intervir e sempre manter seus ideais liberais, descentralização e empreendedorismo.

Através do trabalho conjunto entre juristas e economistas foi possível dar a chamada forma humanista do liberalismo ao pensamento econômico alemão, que

dessa maneira visa atingir o mercado social³⁶ por meio da intervenção do Estado. É isso que diferencia a teoria ordoliberal das demais correntes teóricas existentes na época, os teóricos ordoliberais acreditavam que o estado tinha uma participação fundamental e favorável no desenrolar do pensamento, devido a esse fato, fizeram essa menção do nome teórico ao liberalismo, porém devido a esse fato outras teorias a classificariam como contraditória, devido a intervenção do estado. Para os pensadores que defendem tal ponto, acreditam que fica por parte do Estado em fornecer um sistema fortalecido e regulamentado de forma apropriada para fomentar a competitividade e o empreendedorismo. Segundo essa teoria, sem a presença de um governo rígido, acumulações de poder e interesses privados, não existiria a competição ocorrendo assim um desastre em âmbito geral. Da forma defendida teria um equilíbrio entre o poder público e o privado.

Entre os principais teóricos que sustentam essa teoria, temos Walter Eucken, Franz Bröhm e Hans Grossmann-Doerth. Era defendido que para que uma sociedade fosse funcional, era necessário a compreensão da interdependência no ordenamento social, político e econômico. A forma do pensamento ordoliberalista atende tanto os conceitos de esquerda quanto de direita, este último se referindo à um Estado forte e ao favor do liberalismo. Em referência à esquerda identificaremos onde o ordoliberalismo dava ênfase na preocupação social como uma opção relevante do Estado de bem-estar social.

Considerado uma terceira vertente do liberalismo, é diferente da economia que possui o Estado totalmente centralizado, como no sistema socialista, quanto na maneira em que os mercados é que controlam a competitividade e com uma intervenção mínima do Estado durante os processos econômicos. A teoria Ordoliberalista é vista como liberal pois crê na livre competitividade dos mercados, porém deve ser deixado claro a diferença com do livre mercado separação do Estado. Para que exista uma abertura livre para competitividade dos mercados, é necessário a intervenção dos estados para que isso seja garantido, e em casos de monopólios, é necessário dar um fim. Porém essa teoria se difere completamente da lógica socialista, uma vez em que há além das regras impostas pelo Estado, mas também outras impostas a ele.

³⁶ Tipo de economia na qual sua preocupação está no ordenamento político e econômico, tem como base as regras do Mercado, porém busca através dos meios institucionais possibilitar os complementos sociais com a diminuição do mau uso e concentração de poder.

Quanto ao combate com o monopólio, os teóricos afirmam que o necessário é realizar a descentralização na questão da produção, de acordo com o liberalismo que afirma ser mais vantajoso a distribuição em pequenas unidades para dessa forma favorecer o comércio regional ou local. Há ainda, autores que defendem que essa teoria foca mais na questão de limitação entre mercado e a competição, ao mesmo tempo em que compreende outros fatores também importantes na sociedade, como questões políticas e sociais (SHNYDER; SIEMS, 2012).

4.5 ORDOLIBERALISMO VOLTADO PARA A RECUPERAÇÃO ECONÔMICA

Com a Alemanha devastada economicamente ao fim da segunda guerra, foi preciso estabelecer criar normas que direcionassem a economia alemã e uma abordagem diferente na macroeconomia, sendo primordial e imediata a reforma da moeda, fixação dos preços e principalmente o fim da centralização que gerava e sustentava a existência de monopólios. Portanto, essa teoria era fundamental para a reestruturação econômica dos alemães.

Teremos como objetivo nessa parte final, a compreensão mais profunda e detalhada do processo de federalismo alemão a partir dos anos cinquenta e sua relação com o ordoliberalismo, voltado para a recuperação econômica durante o período de participação no bloco na União Europeia (TUNCER, 2011). Um dos objetivos principais da construção da Alemanha Ocidental após a Segunda Guerra era de afastar-se do processo de totalitarismo e centralização que estavam sujeitos durante o conflito. Esse processo de descentralização juntamente com as ações dos governos de Estados Unidos e França se encaixou de acordo com a proposta de reformulação de um projeto nacional, dando maior representatividade a participação local. O conseqüente fracasso da República de Weimar fez com que a reconstrução visasse condutas rigorosas tanto para o Estado como para os *Länder*³⁷, durante esse período a democracia foi parte mais ativa na forma de governo, favorecendo ao *Länder* a oportunidade de estabelecer no cenário decisório.

Entre o final da segunda guerra até meados de 1966, foi grande o resultado para a recuperação da economia. Entre os anos de 1950 até 1960 a taxa de crescimento foi de 8,2% a cada ano e de 4,4% nos 13 anos seguintes. Outro dado

³⁷ Referência em alemão aos dezesseis estados que constituem a Alemanha.

também significativo foi o grande aumento da produtividade de 1950 a 1973, aproximadamente 5,90%. Apesar da sua limitação quanto ao tamanho territorial, os alemães ocupavam o primeiro no lugar no quesito de maior exportador do planeta, em diversos setores da economia era possível notar essa dominação. Em análise referente aos indicadores sociais, também foi possível notar tal melhora: a distribuição de renda estava entre os melhores comparados com países desenvolvidos, os salários estavam altos, criminalidade e pobreza com níveis baixos e desemprego quase que inexistente (DUWENDAG, 1975).

Diversos foram os fatores que fizeram com que fosse possível esses números surpreendentes na economia alemã, através da sua integração no bloco europeu seu contato com a economia mundial foi amplificado grandemente e o comércio obteve um forte crescimento. Juntamente com a parceria encontrada no bloco, houve o intercâmbio de conhecimentos e foi beneficiada com tecnologias e também das técnicas organizacionais que existiam em países mais avançados do que ela na época, principalmente com parcerias entre Alemanha/Estados Unidos e Alemanha/União Europeia (GUIMARÃES, 2000).

Um dos pontos relevantes da abordagem do governo alemão sobre a economia se refere a forma diferente de capitalismo adotado na Alemanha. Era claro a diferença entre o capitalismo adotado pelos alemães e o capitalismo no Reino Unido e Estados Unidos. Em território alemão, o capitalismo e as relações econômicas eram regidos pelas associações empresariais e sindicatos, já no caso dos norte americanos e ingleses, a intervenção era regulada com base nas hierarquias e o mercado.

O que buscava com a tentativa de recuperação do sistema governamental era de conseguir novamente a sustentação principalmente dos sindicatos, através de uma troca de favores para que fosse possível uma posição menos radical, esses favores se davam através de uma maior influência e participação dos trabalhadores, bancos e entre outros nas decisões. Dessa maneira, poderemos perceber que um dos pilares do capitalismo alemão na segunda metade do século XX foi de proporcionar uma maior participação dos trabalhadores, com base no modelo das relações industriais. Em um âmbito nacional, os sindicatos foram fundamentais para colaborarem com negociações referente a reajustes salariais. Outro quesito considerado fundamental no capitalismo adotado, foi do papel das associações empresariais que estavam responsáveis pela regulamentação de diversos pontos

relacionados a indústria e até mesmo na qualidade do produto. As associações ainda desempenham o incentivo à colaboração e troca de experiências para que assim se reduza a descrença dos empresários sobre o governo, interferindo esse processo de colaboração, funcionam como árbitros para possíveis conflitos e também otimizam o engajamento para um melhor entendimento comercial (RAIMUNDO, 2009).

A participação das associações era vista como fundamental dentro do modelo econômico que estava sendo colocado em prática. As associações e os sindicatos desempenham um papel de incentivo à participação de programas de treinamento, aumentando a qualidade do comércio. Durante esse processo, foi possível destacar que um dos pontos fortes e fundamental para o *boom* econômico³⁸ dos alemães se deu a essa troca de experiências entre as empresas, muitas apresentaram uma abertura nas suas informações e precisavam ser confiantes para que as informações não fossem usadas de uma forma que os prejudicasse, assim o comportamento das corporações era que incentivava e fortalecia a confiança.

Característica de grande importância, era o formato de treinamento adotado nesse sistema econômico. A parceria entre empresas e escolas permitia que os futuros empregados já saíssem com qualidades que seriam aproveitadas nas empresas, após a passagem pela escola, as empresas oferecem contratos temporários. De maneira geral podemos destacar que mesmo os trabalhadores sem qualificações acadêmicas, recebem oportunidades para se qualificar e estarem aptos a conseguir um emprego. O modelo adotado na Alemanha tem total distinção do modelo de capitalismo liberal, onde os trabalhadores são condenados a empregos precários e baixos salários (COSTA, 1999).

Devido a forma com que o estado estimulou a interação entre os atores internos mais importantes para o desenvolvimento, não se caracteriza como intervencionista. Dentro desse sistema adotado e devido a aplicação do sistema federalista, a economia alemã se torna previsível devido à dificuldade de mudanças, gerando assim um forte incentivo para as empresas investirem à longo prazo. Embora o estado seja não intervencionista, seu papel era de extrema importância devido ao fato de prover a estrutura necessária para que o modelo ocorra, tais

³⁸ Termo em referência ao grande crescimento europeu a partir dos anos 50, surpreendendo economistas da época devido ao fato de ter saído derrotada recentemente de uma guerra e apresentar excelentes números.

como: educação, institutos de pesquisas, entre outros. Nota-se por parte do estado alemão que a ajuda fornecida à indústria era três vezes maior do que a França fornecia às suas indústrias (GUIMARÃES, 2006), era destaque a grande participação de pequenas e médias empresas no sistema econômico alemão. Ao contrário da economia eletrônica dos Estados Unidos nos anos 80 que ficou extremamente fragilizada devido a não intervenção do governo, as autoridades alemãs se preocuparam em proteger a indústria nacional através da regulamentação. Ainda na década de 80 era possível notar o início da aproximação entre bancos alemães e empresas nacionais, dessa forma os bancos possuíam participações em diversas empresas, contribuindo para uma menor probabilidade de uma instabilidade e risco no investimento.

Mesmo com as vantagens citadas, foi possível identificar consequências em que de certa forma as empresas encontraram dificuldades. Devido aos altos salários e ao obstáculo em mandar os trabalhadores embora, a concorrência por preços baixos ficou ainda mais difícil. Dessa forma, a concorrência desse modelo aplicado passa a ser pela diferenciação e a excelência durante a produção dos bens de alta qualidade. Os trabalhadores tinham grande conhecimento do processo e competência para solucionar problemas, devido a isso foi fundamental que as empresas oferecessem incentivos para que os trabalhadores se engajassem, isso foi atingido com os salários altos, estabilidade no emprego, etc. Partindo do princípio da empresa, devido aos salários altos e iguais na mesma categoria, isso impedia de certa forma a competitividade entre os empregados.

Através do estudo econômico das vantagens econômicas alemãs, é possível verificar seu destaque sobre o aperfeiçoamento de bens e tecnologias em setores já estabelecidos, tais como: equipamentos de transporte, bens duráveis, entre outros. Segundo estudo realizado por Michael Porter em 1990, mostrou que a Alemanha demonstrou uma vantagem comparativa em quarenta e seis setores da indústria maquinaria contra dezessete dos norte-americanos e dezoito do Reino Unido, os outros dois maiores Estados da época.

Em outros setores os alemães apresentavam comportamento inferior, como os de alta qualidade. Foi justamente esse que a partir dos anos 70 a Alemanha apresentou grandes dificuldades em combater com a produção japonesa que apresentavam custos baixíssimos e adquiriram diversos mercados, devido a seu sistema de governo bem fundamentado, não teve maiores dificuldades. O cenário

internacional dos anos 70 apresentou grande mudança, a grande facilidade na integração se mostrou como um desafio para os Estados conseguirem proteger alguns setores da economia.

4.6 PROCESSO DE REUNIFICAÇÃO DA ALEMANHA

Porém com a unificação da Alemanha no início da década de 90, o quadro foi drasticamente agravado, mesmo que de primeiro momento apresentasse apenas limitação interna, a unificação teve um impacto tão grande que isso só já poderia comprometer o sistema econômico. A única maneira encontrada para conservar o modelo foi deslocar as instituições do lado ocidental para o Leste, e isso trouxe grandes consequências. A mudança do chamado “*Welfare State*”³⁹ para o lado oriental fez com que apresentasse aumento do desemprego e elevação o déficit público. Essas dificuldades aumentaram ainda mais devido ao grande número de trabalhadores do Leste Europeu, custo muito baixo e com alguma qualificação, isso incentivava os empresários o modelo adotado há algum tempo e ceder aos baixos custos da mão-de-obra.

Dessa forma, manter o modelo que antes era visto como uma saída genial, estava cada vez mais difícil. Conseguir reestruturar um país reunificado com os mesmos níveis econômicos, de educação e sociais era um desafio a ser enfrentado. A partir da reunificação podemos analisar a recuperação econômica a partir de dois pensamentos teóricos existentes. O primeiro associava o crescimento de forma direta e quase única ao desenvolvimento, pregando que através do acúmulo do capital era possível avaliar a condição social e econômica de todos países. O ideal defendido era que através da distribuição de renda para os empresários (proprietários), de forma automática os padrões de vida e o desenvolvimento ocorreriam. No entanto, na prática é possível presenciar o contrário de certo modo, o desenvolvimento não pode ser diretamente associado ou confundido com o crescimento, pois nem sempre o resultante desse crescimento é benéfico à economia como um todo, para a população toda.

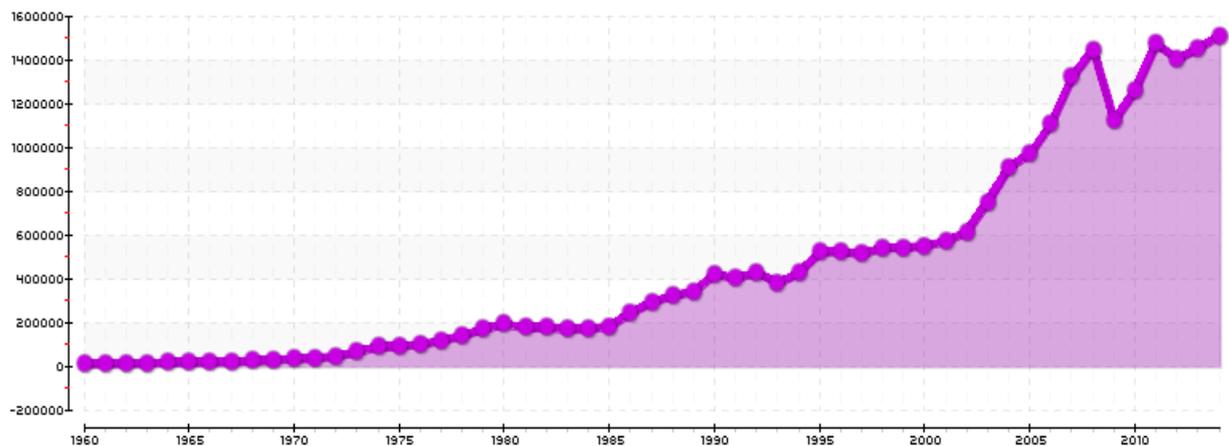
Com base em intelectuais da época, é possível identificar aspectos negativos sobre o crescimento econômico. Entre eles estão os salários baixos que funcionam

³⁹ Também chamado de Estado do Bem-estar, determina ao Estado a obrigação de garantir os mínimos padrões de saúde, educação, saúde, entre outros para toda a população.

como uma forma de limitar o crescimento de setores destinados à população da faixa mais carente e a movimentação da renda excedente para o exterior, diminuindo a capacidade de investimento e importação e concentrando a riqueza e renda nas mãos de um número seletivo de pessoas (VOLLARTH, 2015).

4.7 ECONOMIA SOCIAL DE MERCADO – INFLUÊNCIAS

Gráfico 1 - Exportações de mercadorias da Alemanha (milhão US\$)



Fonte: Banco Mundial. Actualitix (2015).

Através do gráfico acima, podemos identificar as fases econômicas descritas com base nos números econômicos referente à exportação de mercadorias. Com o final da Segunda Guerra Mundial e a Alemanha adotando um novo modelo econômico, buscando a aproximação dos demais estados, é possível notar sua crescente participação dentro do cenário internacional. Sua participação ativa se dá não apenas referente a exportação, mas também em relação a porcentagem de participação sobre as exportações Mundiais. Notamos o contínuo crescimento a partir da segunda guerra com decaídas durante 70 e 80, as decaídas se deram ao fato de crises que foram enfrentadas, como a crise do petróleo nos anos 70 e a

elevação de déficits públicos. Outro fator determinante para sua menor participação conforme o gráfico, se dá ao choque da Alemanha Oriental com a reunificação, aumentando os gastos para manter o *Welfare State* e o desemprego à níveis alarmantes. Após um período da reunificação, a Alemanha conseguiu retomar seu posto de influência e liderança na Europa.

Após a queda do muro no final dos anos 80, foi proposto a reunificação entre a Alemanha Ocidental e a Oriental, onde quase um ano depois e apenas no início dos anos 90 foi concluído o processo. Após 40 anos e dando fim ao processo de reunificação, era possível ver apenas uma bandeira representando um só Estado com oitenta milhões de alemães. A grande questão era que a Alemanha Oriental estava economicamente muito atrás dos seus vizinhos e da parte Oriental, a junção custou um grande número de desemprego devido a parte socialista. Após a existência da nova Alemanha e o reconhecimento por parte da ONU, foi possível o crescimento de investimentos vindos de fora.

Desde a sua reunificação, a Alemanha é composta por 16 estados federados com constituições, parlamentos e próprios governos. Além de ser o país mais populoso da Europa, é a potência principal da União Europeia e a quinta maior potência mundial levando em consideração a Paridade do Poder de Compra, este que mede o quanto uma moeda pode comprar normalmente com base no dólar, devido ao fato de haver uma disparidade entre o valor das moedas. Se mantém como quarta maior economia com um PIB atualizado em 2016 de €3,467 bilhões.

Um dos fatores principais que contribuem para sua riqueza se dá ao fato da exportação de bens produzidos em território nacional. Do valor total do PIB, 73,8% se refere a serviços e comércio, 24,6% a indústria e 1,6% a agricultura. (THE WORLD FACTBOOK, 2017)

Após a reunificação, a nova Alemanha enfrentou uma série de desafios, sejam eles no âmbito externo ou interno, o novo papel a ser desempenhado na política externa. As expectativas sobre o país eram grandes devido ao fato de atingir os primeiros objetivos com a reunificação e de desenvolvimento global. Com isso, a Alemanha se tornou a questão central nas discussões política-mundiais. A sua política externa tinha como base o equilíbrio de interesses e a cooperação, seus pontos principais se baseavam em uma Europa mais próxima e fortalecendo os vínculos com outros blocos, como União Europeia, OTAN, ONU. Devido a isso, a vontade em conseguir estabelecer uma relação boa com seus vizinhos e com a

integração europeia fez com que a política externa alemã fosse consolidada cada vez mais dentro do cenário internacional. A equiparação entre Alemanha ocidental e oriental só ocorreria após todas as instituições existentes na Alemanha Ocidental fossem instaladas também na antiga parte Oriental, como por exemplo a defasagem salarial entre as partes, gerando alto custo para o governo do lado Oriental, responsável pela reunificação. Após esse processo foi possível notar algumas diferenças, como o aumento do território, população e o potencial econômico. No entanto, por mais que tenha sido um impacto forte para a Alemanha no momento, considerando a longo prazo ela foi positiva e frutífera.

O modelo econômico alemão adotado após a Segunda Guerra Mundial, possui alguns pontos em que é possível notar as diferenças principalmente do capitalismo aplicado pelos norte-americanos. Os europeus aplicavam na economia formas variadas de interação pelos sindicatos e associações empresariais. É possível notar no sistema econômico alemão, a grande participação dos trabalhadores desde o início, isso foi possível devido a diversas negociações intermediadas, que dessa maneira ofereceu melhorias nas condições de trabalho, como reajuste salarial, proteção ao emprego, estabilidade, entre outros. Outro fator que foi extremamente fundamental para tal recuperação econômica se deve a diferenciação modelo capitalista liberal adotado pelos alemães, quanto a possibilidade de emprego dos trabalhadores sem uma qualificação adequada. Esses trabalhadores passavam por instituições que ofereciam qualificações e habilidades necessárias para que estivessem aptos para o mercado de trabalho através do treinamento recebido, com essas qualificações era possível um emprego digno e não ficavam sujeitos a empregos que não eram dignos ou que pouco ajudavam, como salários baixíssimos e empregos precários, como normalmente encontramos no sistema capitalista liberal. Essa preocupação do governo alemão com a formação de seus trabalhadores, demonstra as alterações que foram feitas na economia para que fosse possível focar no desenvolvimento econômico associado a qualificação e reestruturação social dos seus trabalhadores.

4.8 ECONOMIA PÓS-REUNIFICAÇÃO ASSOCIADO AO CAPITALISMO COORDENADO ALEMÃO

Figura 4 - IDH da Alemanha após reunificação

Índices/Período	1990	2000	2010	2015
IDH	0,801	0,861	0,912	0,926

Fonte: UNDP (c2017).

Percebemos que como descrito acima, o processo de reunificação trouxe de imediato um forte impacto econômico para a Alemanha Ocidental. As ações que estaria sujeita para encontrar um equilíbrio nos dados econômicos das duas Alemanha exigiria grande empenho e um sistema de governo bem estruturado para que tal objetivo fosse atingido. Considerando à longo prazo, podemos perceber que a reunificação foi benéfica para os alemães, conseguiram atingir o equilíbrio social e econômico, se tornando a principal potência europeia. Souberam aproveitar da junção a seu favor, buscando os objetivos traçados anteriormente.

Por mais que o governo alemão trabalhasse na qualificação de seus trabalhadores, tivesse capital e recursos naturais isso não era o suficiente. Para que ocorra o desenvolvimento da economia de um determinado Estado, é necessário que exista o progresso da inovação e conhecimento, isso está cada vez mais claro no sistema internacional que é indispensável para o avanço, ao agregar os fatores de produção ao conhecimento é possível atingir a maximização dos recursos.

Porém a nova Alemanha não se encontrava desgovernada como muitos haviam dito. O chanceler alemão da época, Helmut Kohl afirmou que o bloco europeu estava dentro da política externa na Alemanha reunificada. A união monetária indicava a substituição da poderosa moeda Bundesbank pelo Euro. Durante a metade dos anos 90 foi possível notar a caída da produção industrial pela metade e o PIB 30%. No ano de 1998 o PIB per capita no lado oriental era o mesmo que 56,1% do PIB do lado ocidental, os custos da mão de obra eram 124% mais elevados. Diversos motivos contribuía para isso, tais como a indústria do lado Oriental ter sido montada com intuito de exportar para o bloco comunista e não havia nada para ofertar ao mercado internacional, os maquinários estavam totalmente ultrapassados. Apenas 40% das empresas do lado Oriental foram consideradas

capazes de obter lucro, o restante necessitava de grandes investimentos ou eram inúteis. De 1989 a 1994 o desemprego no lado capitalista aumentou 3,5 milhões enquanto no ocidental apenas 1,2 milhão.

Tabela 1 - Características de diferenciação entre Capitalismo coordenado alemão e Capitalismo Liberal

Capitalismo Coordenado	Capitalismo Liberal
Ambiente de cooperação entre as empresas	Competição empresarial
Grande participação dos trabalhadores nas decisões	Baixa participação dos trabalhadores nas decisões
Leis trabalhistas rígidas	Leis trabalhistas amenas
Bancos e Estado eram fontes de financiamento Estatal	Fontes de financiamento flexíveis e rápido retorno
Incentivo institucional para empreendimentos incrementais, retorno a longo prazo e menor risco	Incentivo para inovação radical, resultando em retorno rápidos, porém maior risco
Modelo: Alemanha	Modelo: Estados Unidos da América

Fonte: HALL; SOSKICE (2001).

Com a análise das diferenças entre os sistemas adotados, é possível notar a relação entre Estado/Empresas, no primeiro modelo notamos uma maior aproximação e contribuindo assim para uma maior confiança envolvida nessa relação, além da cooperação e a troca de conhecimento entre as empresas existentes. A competição passa a ser na qualidade de produtos com intuito de elevar o valor agregado e expandir a tecnologia elevada dos produtos, ao invés de se preocupar com a competição dos preços.

Três foram os passos principais do governo alemão para sua inserção internacional: Integração, Unificação e aumento da competição internacional. Sendo

eles o posicionamento do governo alemão perante a uma reestruturação de sua política externa e a necessidade do alinhamento com a política externa europeia. Reunificação alemã fazendo com que o país assumisse um posto de motor da Europa e pôr fim a competição comercial através da redução de preços ao mesmo nível do valor agregado. O governo incentivou de diversas maneiras o desenvolvimento econômico, dando suporte às indústrias através de proteção aos mercados e subsídios. Além da melhora no ambiente empresarial, como infraestrutura, burocracia e a redução de impostos.

Com a ascensão da economia chinesa sobre o mercado de exportação, o governo alemão se viu em uma situação delicada devido a grande entrada desses produtos em seu mercado. E devido a política comercial da União Europeia, a possibilidade da criação de barreiras tarifárias se tornou ainda mais difícil. Devido a esse fato, ocorreu o crescimento de investimentos vindo da Alemanha para a China, a chamada fabricação para exportação.

Frente a crise financeira enfrentada pelo bloco europeu, os alemães assumiram um posto de responsável sobre a recuperação do crescimento europeu, o que irá gerar um custo alto aos membros e aos cofres alemães. Um dos fatores principais para a retomada do crescimento europeu se dará no aumento dos impostos, diminuição de salário, entre outras medidas. Assim como no processo de reunificação, a continuação do capitalismo coordenado alemão será mais um desafio a ser enfrentado. Uma vez que caso adote as medidas citadas acima, como a diminuição de salário, irá afetar diretamente uma das principais características do modelo, a boa relação entre trabalhadores e empresas. Caberá ao Estado, ser sábio para compreender qual o limite para os cortes a serem feitos de uma maneira que não prejudique o bom desenvolvimento econômico dentro do mesmo modelo capitalista.

4.9 POLÍTICA EXTERNA ALEMANHA NO SÉCULO XXI

Durante o terrorismo no caso 11 de Setembro, a Alemanha teve um importante papel desempenhado. Na conferência da ONU ocorrida em Petersburgo, partiu dela pôr uma fase final no conflito. A Alemanha fazia parte de uma das 36 nações membros da Força de Assistência de Segurança Internacional, foi ao

Afeganistão colaborando através de quatro mil militares para fornecer apoio ao governo provisório.

Referente a parte histórica mais recente da Alemanha, dois partidos haviam decidido apoiar Angela Merkel como candidata ao cargo de chanceler, o partido União Democrata-Cristã e União Social-Cristã, a vitória apertada por uma diferença de um por cento os obrigou a formar uma grande coalizão. Através desse pacto os resultados foram incríveis, os números de desempregados que era de 4,9 milhões em 2005 baixou para 2,9 milhões no ano de 2008, menor número desde 1992. Referente a política externa, Merkel se aproximou dos Estados Unidos e enfatizou seu compromisso com a Europa. Porém devido a sua forma mais contida em relação ao chanceler anterior, não foi vista com bons olhos por muitos e chegou a ser considerada como não resistente a liderança quando era necessário. Muitos alemães que ainda possuíam uma visão da economia social de mercado a criticaram devido ao fato da sua inclinação para a direita com programas que prejudicavam os pobres e beneficiava os ricos, houve o protesto e pedido de maiores impostos para quem tinha melhores condições. Muito criticada devido à falta de liderança, enfrentou a renúncia de diversas pessoas que ocupavam cargos altos no governo. Porém por outro lado, a Alemanha destaca-se pela recuperação da recessão através da crise de 2008, o euro que é mais fraco ajudou ainda mais em relação as importações, juntamente com resultados positivos de emprego e um nível elevado de crescimento. Com as baixas taxas de juros era possível maior financiamento quanto à área de construção civil.

4.10 PROBLEMAS E PERSPECTIVAS ENFRENTADAS

Alguns problemas que enfrentavam já estavam sujeitos desde a república anterior. Havia uma grande diferença entre ricos e pobres, em alguns momentos o elevado nível de desemprego, problemas do bem-estar social com o Estado e grandes desafios ambientais. A Alemanha se tornou um Estado-Nação integrada ao bloco europeu e com papel auxiliador sobre as questões internacionais. A antiga República Federal se tornou com a reunificação um Estado-Nação entre outros Estado-Nação. É preciso compreender de que forma a Alemanha nova irá encarar os heróis e vilões de seu passado de uma maneira que consiga encontrar pontos positivos com identidade nacional. Muito ainda pode ser feito, pois o conceito de

Estado-nação ainda existirá por muito tempo mesmo que seja de uma forma mais precária do que a atual (KITCHEN, 2012).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a grande recuperação econômica, social e política ocorrida na Alemanha na segunda metade do século XX, esse processo se deu principalmente após o início do processo de integração regional europeu. Com essa integração, todos os Estados que estavam envolvidos, se beneficiaram, devido à essa aproximação foi possível a troca de conhecimentos, abertura das fronteiras comerciais, diminuição dos impostos e através do surgimento de blocos econômicos foi possível uma maior facilidade na comercialização de bens, serviços, mercadorias em geral e a taxação fixa de produtos com origem de dentro e fora do bloco. Esses processos e surgimentos de blocos possibilitaram um maior ordenamento no sistema internacional.

No entanto, antes de ocorrer o processo de integração regional, muitos Estados passaram por crises econômicas e sociais, como a hiperinflação na Alemanha durante os anos 20, crise de 29 devastando economicamente a grande maioria dos estados, e na própria Alemanha os níveis alarmantes do desemprego nos anos 30. Com o final do conflito, muitos países da Europa estavam devastados economicamente, nesse ponto foi necessário a intervenção dos Estados Unidos com o Plano Marshall para financiar vários desses países, além do intuito de colaborar com a reestruturação, o plano era visto como estratégico para conter o avanço do socialismo com a União Soviética. Durante esse período, particularmente a Alemanha estava com níveis altíssimos na sua inflação, com o marco totalmente desvalorizado foi necessário a inserção do Reichmark, uma moeda provisória que serviria para dar uma estabilidade econômica e conseqüentemente possibilitar seu desenvolvimento.

Com as grandes cifras a serem pagas pelo governo alemão referente as indenizações da Primeira Guerra, não foi possível manter essa sua estabilidade e desenvolvimento. Houve grande contribuição das sanções do Tratado de Versalhes para que o país estivesse nessa situação econômica, devido a isso o sentimento de vin-

gança dos alemães cresceu de uma forma muito grande, isso possibilitou e espaço do ingresso de um regime mais autoritário. O Austríaco Adolf Hitler se aproveitou do momento em que a população alemã estava fragilizada e colocou em prática seus ideais de dominação e superioridade absurdas, notamos a falta de nexos e a obsessão pela corrida armamentista através de dados em relação ao investimento de seu governo, investindo mais no setor militar do que em setores de apoio social a população, este último que naturalmente traria maiores benefícios. Naturalmente, com sua inteligência acima da média conquistou diversos territórios e se tornou uma hegemonia europeia, colocação já considerada surpreendente visto a situação econômica que se encontrava o país uma década atrás, porém tal colocação não durou muito tempo, acabou sendo derrotado e uma das hipóteses mais prováveis é que tenha covardemente se suicidado em 1945 para que assim não fosse condenado pelas suas atrocidades durante vários anos.

Com a Alemanha dividida entre capitalismo e socialismo, o contraste econômico foi grande, prevalecendo o sistema econômico mais funcional. Com a sua reunificação, o lado Ocidental teve de bancar todo o prejuízo e mais do que isso, conseguir equilibrar o crescimento econômico que estava atingindo no lado ocidental, gerando um impacto financeiro muito alto, porém benéfico à longo prazo. Graças ao processo de integração, política externa e principalmente a condução da sua política interna com a qualificação e estabilidade de emprego, essa etapa foi concluída com sucesso e se tornou uma hegemonia europeia de um modo que fosse considerada o motor da União Europeia. Como diversos Estados, passou por crises no início do século XX, porém manteve sua estabilidade de uma maneira que não afetasse seu crescimento e desenvolvimento.

Mesmo com todo o contexto que envolveu a Alemanha principalmente devido ao regime nazista surgido a partir dos anos 30, o país conseguiu se reerguer econômica e socialmente. Essa reestruturação tem grande participação do processo de integração regional iniciado com maior vigor a partir de 1950 com Robert Schumann, a criação de blocos econômicos e os tratados a partir dessa época possibilitaram aos alemães e outros Estados envolvidos a troca de conhecimentos e experiências, além da quebra de barreiras tarifárias e a consequente aproximação comercial entre os pertencentes não apenas do bloco europeu mas de outros blocos que também estavam em processo de desenvolvimento e integração. Tratados como de Paris e Roma durante os anos 50 além do Ato Único Europeu em 1986

criaram toda a estrutura que a União Europeia possui atualmente, além de seu processo de integração regional atualmente atingindo todos as etapas e consequentemente o bloco regional com a maior integração regional instituída até mesmo devido a integração monetária a partir dos anos 90.

BIBLIOGRAFIA

Cowen, Tyler. **“O Plano Marshall: Mitos e Realidades.”** Ajuda para o mundo em desenvolvimento. Washington, D.C: Heritage Foundation, 1985.

BROYER,S. **Economia social de mercado: nascimento de um estilo econômico.** Wissenschaftszentrum Berlin.1996.

STELZER, Joana. **União europeia e supranacionalidade: desafio ou realidade.** 2ª edição. Curitiba: Juruá. 2009.

Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. Banco de dados. Disponível em < <http://unctad.org/en/Pages/statistics>>. Acesso em 18 de Out. 2017.

BRESCIANI-TURRONI, C. **Economia da inflação: o fenômeno da hiperinflação alemã nos anos 20.** Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1989.

BRESCIANI-TURRONI, C. **The Economics of Inflation: A study or currency depreciation in post-war Germany.** 3. ed. Northampton: John Dickens,1968.

SCHACHT, H. em **A economia alemã (1920-1950).** 1951.

DEGRELLE, Leon. **Quem era Hitler** . São Paulo: THVLE. 2010

COSTA, Cristina. **Sociologia alemã: a contribuição de Max Weber.** Sociologia – Introdução à ciência da sociedade. 2. Ed. São Paulo: Moderna, 2001.

QUERCUS. **Speechers that changed the world.** 2. Ed. Ireland Version, 2015.

DEUSTSCHES HISTORICHES MUSEUM. **Weimar Republic (1918-1939).** Disponível em: <<http://www.dhm.de/lemo/home.html>>. Acesso em: 17 out. 2017

KOSLOWSKI, Peter. **The Theory of Capitalism in the German Economic.** Germany, 2008.

OVERY, R. J. **War and economy in the third reich.** Clarendon Press: Oxford, 2002.

MALAMUD, A. **Las teorías de la integración regional y el estado del Mercosur.** Santa Fe: Rubinzal-Culzoni Editores, 2007.

DULEEP, H. O.; WUNNAVA, P. V. **Immigrants and immigration policy: individual skills, family ties and group identities.** Greenwich: JAI Press, c1996.

GONÇALVES, A. Regimes internacionais como ações da governança global. **Meridiano 47, Journal of Global Studies**, Brasília, v. 12, n. 125, p.40-45, mai./jun. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/3311>>. Acesso em: 20 out. 2017.

PATRÍCIO, Raquel. **A teoria das Relações Internacionais e as Teorias da Integração Européia.** 2006.

DUARTE, Maria L. **A Cooperação Intergovernamental na União Europeia – âmbito, natureza das ações previstas e sua relação com o domínio da integração.** 1997.

SHERWOOD, Robert E. **Roosevelt e Hopkins: Uma história da Segunda Guerra Mundial.** Brasília: UNB, 1998.

STELGES, Isabela K. **A cidadania da União Europeia.** Editora Delrey, São Paulo: 2002.

PECEQUILO, Cristina S. **A União Europeia, Os desafios, a crise e o futuro da integração.** Elsevier Editora: São Paulo, 2014.

TUNCER, T. **F.A. Hayek and Ordoliberalism: A Comparative Study**. New York: Middle East Technical University (METU), 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1907109>>. Acesso em: 28 out. 2017.

DUWENDAG, D. The Postwar Economic System in Germany: Creation, Evolution and Reappraisal. **Federal Reserve Bank of St. Louis**, Saint Louis, v. 75, n. 10, p. 16-22, out. 1975. Disponível em: <https://files.stlouisfed.org/files/htdocs/publications/review/75/10/Postwar_Oct1975.pdf>. Acesso em: 29 out. 2017.

GUIMARÃES, S. P. (Org.). **Alemanha: visões brasileiras**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2000.

RAIMUNDO, L. da C. **Alemanha: Mitos, Fatos e Desafios para o Século XXI**. Texto para Discussão (IPEA. Brasília), v. 1, 2009.

REUNIFICAÇÃO: Nova Alemanha chega a maioria. **Revista Deutschland: Deutschland Online**, 26 jul. 2004. Disponível em: <<http://www.magazine-deutschland.de/pt/artikelpo/artigo/article/mauerfall-1989-berlin-tanzt.html>>. Acesso em: 30 out. 2017.

BLACK, Edwin. **Nazi Nexus: America's Corporate Connections to Hitler's Holocaust**. Paperback, 2009.

VOLLARTH, Dietrich. **Introdução A Teoria do Crescimento Econômico**. 3ª Ed. Campus, 2015.

